

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

2016/2017



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO

**OSCE – LINHAS ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO
CÓDIGO DE CONDUTA NOS PAÍSES PARCEIROS DO MEDITERRÂNEO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS
SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

COR INF “CMD” Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares

COR ENGAER José Manuel Freitas Santiago

CMG AN Manuel Francisco Silveirinha Canané

COR PILAV (BRA) Júlio Cesar de Souza Cabral



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**OSCE – LINHAS ESTRATÉGICAS PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA NOS
PAÍSES PARCEIROS DO MEDITERRÂNEO**

COR INF “CMD” Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares

COR ENGAER José Manuel Freitas Santiago

CMG AN Manuel Francisco Silveirinha Canané

COR PILAV (BRA) Júlio Cesar de Souza Cabral

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG 2016-2017

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**OSCE – LINHAS ESTRATÉGICAS PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA NOS
PAÍSES PARCEIROS DO MEDITERRÂNEO**

COR INF “CMD” Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares

COR ENGAER José Manuel Freitas Santiago

CMG AN Manuel Francisco Silveirinha Canané

COR PILAV (BRA) Júlio Cesar de Souza Cabral

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG 2016-2017

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Antiplágio

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado “OSCE – linhas estratégicas para a implementação do Código de conduta nos países parceiros do Mediterrâneo.” corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2016/2017 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 07 de março de 2017

COR INF “CMD” Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares

COR ENGAER José Manuel Freitas Santiago

CMG AN Manuel Francisco Silveirinha Canané

COR PILAV (BRA) Júlio Cesar de Souza Cabral



Índice

Introdução	1
1. Revisão da literatura e metodologia	4
1.1. A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa	4
1.2. Objetivos estratégicos da OSCE	4
1.3. A OSCE, a NATO e a União Europeia	5
1.4. A OSCE e os países do Mediterrâneo	6
1.5. Metodologia	7
2. Código de conduta referente a aspetos político-militares e de segurança da OSCE.....	9
2.1. Fórum para a Segurança e Cooperação	9
2.2. O Código de Conduta da OSCE.....	9
2.3. Síntese conclusiva	12
3. Os parceiros da OSCE na margem Sul do Mar Mediterrâneo	13
3.1. Argélia.....	13
3.2. Egito	13
3.3. Israel.....	14
3.4. Jordânia	15
3.5. Marrocos	15
3.6. Tunísia.....	16
3.7. Síntese conclusiva	16
4. O Código de Conduta e os parceiros da OSCE na margem Sul do Mar Mediterrâneo ..	18
4.1. Argélia.....	18
4.2. Egito	18
4.3. Israel.....	19
4.4. Jordânia	20
4.5. Marrocos	20
4.6. Tunísia.....	21
4.7. Síntese conclusiva	21
Conclusões	24
Bibliografia	28



Índice de Anexos

Anexo A — Controlo das Forças Armadas	Anx A-1
---	---------

Índice de Apêndices

Apêndice A — Corpo de conceitos.....	Apd A-1
Apêndice B — Breve análise geopolítica da Argélia	Apd B-1
Apêndice C — Breve análise geopolítica do Egito	Apd C-1
Apêndice D — Breve análise geopolítica de Israel	Apd D-1
Apêndice E — Breve análise geopolítica da Jordânia.....	Apd E-1
Apêndice F — Breve análise geopolítica de Marrocos.....	Apd F-1
Apêndice G — Breve análise geopolítica da Tunísia	Apd G-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Objetivo Geral e Objetivos Específicos.....	2
Tabela 2 - Questão Central e Questões Derivadas.....	2
Tabela 3 - Quem deve controlar o quê, como e porquê.....	Anx A-1



Resumo

A OSCE, para promoção e fortalecimento de estruturas e processos que permitam implementar e consolidar regimes democráticos, instituiu um Código de Conduta aceite por todos os seus membros.

Na incessante procura da paz e estabilidade, esta organização pretende ver este código implementado nos países parceiros do Sul do Mediterrâneo: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Marrocos e Tunísia.

Assim, o presente estudo pretende analisar e caracterizar a situação política, económica e social destes seis países, no sentido de determinar os fatores que favoreçam ou dificultem a adoção deste Código e o cimentar de regimes democráticos. Paralelamente, teve como objetivo a identificação de contributos para a definição de linhas de ação estratégicas, necessárias à adoção do Código e assim contribuir para os objetivos estratégicos da OSCE.

A investigação seguiu uma estratégia que privilegiou uma abordagem do tipo qualitativa, em que a pesquisa assentou em procedimentos interpretativos dos fenómenos para, assim, alcançar a compreensão da realidade. Foi dada primazia à análise de conteúdo e à produção de dados descritivos decorrentes dos documentos analisados.

Tendo-se concluído pela impossibilidade de uma implementação imediata e simultânea, nos seis países, foram encontrados os principais vetores de linhas de ação estratégica a implementar, para facilitar a adoção do Código de Conduta, estabilizando a região e consolidando a democracia.

Palavras-chave

OSCE, Código de Conduta, Parceiros do Mediterrâneo



Abstract

To promote and strengthen the structures and processes, to implement and consolidate democratic regimes, OSCE has established a Code of Conduct, which was accepted by all its members.

In the quest for peace and stability, its intent is to implement this code in the partner countries of the Southern Mediterranean: Algeria, Egypt, Israel, Jordan, Morocco and Tunisia.

The present study aims to analyze and characterize the political, economic and social situation of these six countries, in order to determine the factors that favor or hinder the adoption of this Code and the reinforcement of the democratic regimes. At the same time, it aimed to identify contributions to the definition of the strategic lines of action, necessities for the adoption of the Code that contribute to the OSCE's strategic objectives.

The analysis followed a strategy that favors a qualitative approach and the research was based on interpretative phenomena procedures to understand the reality of the situation. The study of the content was paramount and the production of descriptive data was analyzed via documents.

Having concluded about the impossibility of an immediate and simultaneous implementation in the six countries, the adoption of the Code of Conduct could only be achieved by the implementation of the main action lines strategic vectors, in order to facilitate the stabilization of the region and thus, consolidate the democracy.

Keywords

OSCE, Code of Conduct, Mediterranean Partners



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

a.C.	-	Antes de Cristo
AAPSO	-	Associação de Amizade Portugal Saara Ocidental
AFH	-	Ata Final de Helsínquia
CC	-	Código de Conduta
CIA	-	<i>Central Intelligence Agency</i>
CSCE	-	Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa
d.C.	-	Depois de Cristo
DoS	-	<i>Department of State</i>
EU	-	<i>European Union</i>
EUA	-	Estados Unidos da América
FFAA	-	Forças Armadas
FIS	-	Frente Islâmica de Salvação
FLN	-	Frente de Libertação Nacional
FSC	-	Fórum para a Segurança e Cooperação
IESM	-	Instituto de Estudos Superiores Militares
NATO	-	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	-	Normas de Execução Permanente
OE	-	Objetivo específico
OG	-	Objetivo Geral
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OSCE	-	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PESC	-	Política Externa e de Segurança Comum
PEV	-	Política Europeia de Vizinhança
PIB	-	Produto Interno Bruto
QC	-	Questão Central
QD	-	Questão Derivada
RAS	-	Reino da Arábia Saudita
RU	-	Reino Unido
UE	-	União Europeia
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



Introdução

“More than an end to war, we want an end of the beginning of all wars - yes, an end to this brutal, inhuman and thoroughly impractical method of settling the differences between governments.”

Francklin D. Roosevelt (13 de abril de 1945)

Enquadramento e justificação do tema

Tendo sempre em vista a paz e a estabilidade, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), desenvolve a sua atividade segundo três dimensões: político-militar, humana e económico-ambiental, atuando diplomaticamente na prevenção e resolução pacífica de conflitos, no seu alerta precoce e na reabilitação pós conflito (Cruz, 2002, p. 9).

Conforme referido por Cruz (2002, p. 11), “Não existe segurança sem estabilidade e não há estabilidade sem democracia”. Tendo como referência este racional, a ação da OSCE tem como objetivo estratégico o estabelecimento e consolidação da democracia, do estado de direito, a valorização e o respeito pelos direitos humanos, a implementação dos princípios da boa governação e a liberdade de expressão, entre outros.

Constitui-se como um elo de relevante importância entre a segurança europeia e a segurança global (Ramalho, 2002, p. 49), pois assume-se como o único fórum de cooperação e de diálogo nos espaços pan-europeu, transatlântico e euro-asiático. Existem outras organizações internacionais que concorrem com a OSCE em matérias de segurança e de gestão de crises, como a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e a União Europeia (UE). Porém, a NATO, por definição, atua em cenários de crise onde o “ponto de não retorno” está quase a ser atingido ou já foi atingido, sendo a sua área geográfica mais limitada que a da OSCE. Quanto à UE, tem manifestado falta de interesse em assumir o protagonismo da diplomacia preventiva (Azevedo, 2002, p. 111).

Objeto do estudo e sua delimitação

O presente estudo incide na análise e caracterização do regime político e económico-social dos seis países parceiros para a cooperação – Mediterrâneo, no sentido de encontrar fatores que favoreçam a adoção do Código de Conduta (CC) da OSCE e assim promoverem a estabilidade na região através do estabelecimento e fortalecimento dos princípios da democracia de um estado de direito.

Decorrente de limitações de tempo e espaço, o estudo foi direcionado especificamente à análise dos seis países parceiros do Mediterrâneo (Argélia, Egípto,



Israel, Jordânia, Marrocos e Tunísia) e não a outros que eventualmente poderão constituir-se como países influentes na segurança regional daquele espaço geográfico.

Objetivos da investigação

O presente trabalho de investigação tem como objetivo identificar linhas estratégicas que possam ser implementadas no sentido dos países parceiros do Mediterrâneo adotarem o CC da OSCE e assim contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos seguidos pela Organização, nomeadamente, os relativos à segurança na Europa e no Mediterrâneo, bem como à cooperação entre os países membros e parceiros nas áreas da economia, ciência, tecnologia e ambiente.

Desta forma foram definidos o Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE) da investigação, os quais constam da tabela 1:

Tabela 1 - Objetivo Geral e Objetivos Específicos

OG	Identificar contributos para a definição de linhas de ação estratégicas necessárias para promover a adoção do Código de Conduta da OSCE por parte dos países parceiros do Mediterrâneo e assim contribuir para os objetivos estratégicos desta Organização.
OE 1	Caracterizar as linhas de força do Código de Conduta da OSCE.
OE 2	Identificar, em cada país parceiro para a cooperação do Mediterrâneo, as condicionantes à implementação do Código de Conduta da OSCE.

Questões da investigação

Tendo presente o objeto do estudo e a delimitação do tema, e após definidos os seus objetivos, importou formular a Questão Central (QC) e as concomitantes Questões Derivadas (QD), conforme constam da tabela 2:

Tabela 2 - Questão Central e Questões Derivadas

QC	Quais os principais contributos para a definição de linhas de ação estratégicas que facilitem a adoção do Código de Conduta da OSCE por parte dos países parceiros do Mediterrâneo?
QD 1	Como se caracterizam as linhas de força do Código de Conduta da OSCE?
QD 2	Quais as condicionantes à implementação do Código de Conduta da OSCE, em cada um dos seis países parceiros para a cooperação do Mediterrâneo?



Breve síntese metodológica da investigação

O processo de recolha de dados foi efetuado através de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de informação recolhida em conferências, o que permitiu obter contributos sobre o tema da pesquisa (IESM, 2015a; 2015b).

Foram utilizados os critérios das Normas de Execução Permanente (NEP) do Instituto de Estudos Superiores Militares, incluindo os relativos à referenciação bibliográfica, com o sistema autor-data, tendo sido adotado o estilo *Harvard-Anglia* (IESM, 2015a; 2015b).

Foi utilizado o raciocínio dedutivo, seguindo uma estratégia de investigação do tipo qualitativa e um desenho de pesquisa de Estudo de Caso, centrado na análise de uma determinada situação visando obter uma descrição detalhada e rigorosa do objeto estudado (Freixo, 2012, p. 125).

Organização do estudo

Nesta sequência, a estrutura para a investigação teve, para além da presente Introdução, a seguinte organização:

Capítulo 1 – Revisão da literatura e metodologia;

Capítulo 2 – Código de conduta referente a aspetos político-militares e de Segurança da OSCE;

Capítulo 3 – Os parceiros da OSCE na margem Sul do Mar Mediterrâneo;

Capítulo 4 – O Código de Conduta e os parceiros da OSCE na margem Sul do Mar Mediterrâneo;

Conclusões – Sistematização das principais conclusões e recomendações.



1. Revisão da literatura e metodologia

1.1. A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

A OSCE surgiu no início da década de 70 do século passado, quando a Europa se encontrava em plena Guerra Fria, iniciando-se, nessa altura, com o nome de Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), servindo o propósito de ser um fórum de diálogo e negociação entre o Leste e o Ocidente (OSCE, 2016a).

Já anteriormente a essa data, mais precisamente em 1954, na Conferência de Genebra, a União Soviética referiu a necessidade da existência de uma conferência europeia sobre questões de segurança. A expectativa era que, dessa conferência, resultasse o reconhecimento formal das fronteiras da Europa de Leste, estabelecidas após a segunda grande guerra (DoS, 2013), realidade que nunca deu resultado até 1972.

Foi nesse ano que se iniciaram as conversações, que duraram até junho de 1973, por ocasião da abertura formal da conferência da CSCE. Desde esta altura e até 1 de agosto de 1975, decorreram intensas negociações. Nesta data, foi formalmente assinada, por 35 países¹, a Ata Final de Helsínquia (AFH), como epílogo da reunião aí realizada e versando um conjunto de importantes quesitos que tiveram um efeito pronunciado nas relações, ao tempo, entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (DoS, 2013). Foi assim formalmente criada a CSCE (OSCE, 2016d).

Este nome continuou a ser utilizado até à cimeira de Budapeste, a 3 de dezembro de 1994, quando foi decidido mudar de designação e passar a utilizar-se a que subsiste até aos dias de hoje. Foi também nesta cimeira que se aprovou o CC sobre os aspetos político-militares da segurança, para se efetivar a partir do dia 1 de janeiro de 1995 e que será objeto de análise no próximo capítulo (OSCE, 2016a).

1.2. Objetivos estratégicos da OSCE

A AFH refere um conjunto de aspetos fundamentais, de nível estratégico, descritos ao longo de três capítulos:

- Questões relativas à segurança na Europa;
- Cooperação no domínio da economia, da ciência e tecnologia e do ambiente e;
- Questões relativas à segurança e à cooperação no Mediterrâneo.

¹ Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Checoslováquia, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Jugoslávia, Liechtenstein, Luxemburgo, Malta, Mónaco, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Democrática Alemã, República Federal Alemã, Roménia, São Marino, Suécia, Suíça, Turquia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Vaticano (DoS, 2013).



O primeiro capítulo trata da implementação de medidas de confiança entre os Estados e aspetos relativos à segurança e ao desarmamento, merecendo, no entanto, destaque o conjunto de dez princípios, também conhecido por “decálogo” (DoS, 2013), abrangendo questões político-militares, mais especificamente as seguintes:

- Igualdade soberana e respeito pelos direitos inerentes a essa soberania;
- Abstenção de utilizar a ameaça ou de empregar a força;
- Inviolabilidade das fronteiras;
- Integridade territorial dos Estados;
- Resolução pacífica de litígios;
- Não interferência nos assuntos internos de outros Estados;
- Respeito pelos direitos humanos e liberdades, incluindo a liberdade de pensamento, consciência e religião;
- Igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos;
- Cooperação entre os Estados;
- Cumprimento, de boa fé, das obrigações decorrentes do direito internacional.

No segundo capítulo, o documento refere os aspetos de relacionamento dos Estados tendo em atenção os assuntos económicos, tais como as trocas comerciais, a cooperação industrial, científica e tecnológica, mas também os assuntos relacionados com a proteção do ambiente, a cooperação em áreas como os transportes e turismo, bem como os aspetos sociais relacionados com o trabalho levado a cabo por imigrantes.

Finalmente, no terceiro capítulo, são tratados assuntos relacionados com a segurança e cooperação na região dos países do Mediterrâneo, nomeadamente os referentes a direitos humanos, incluindo os relativos à liberdade de emigração e unificação de famílias divididas, bem como as diferenças culturais e a liberdade de imprensa.

1.3. A OSCE, a NATO e a União Europeia

Em 1992, novamente em Helsínquia, realizou-se a cimeira que ficou conhecida como Helsínquia II, prevendo a possibilidade de cooperação com organizações regionais e sub-regionais, onde os Chefes de Estado e de Governo que a assinaram, declararam que a “*CSCE is a regional arrangement in the sense of Chapter VIII of the Charter of the United Nations*”. Adicionalmente, legitimaram a adesão aos princípios estabelecidos na carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e reconheceram que “*The rights and responsibilities of the Security Council remain unaffected in their entirety*” (OSCE, 1992).



A OSCE tem desempenhado um papel importante na monitorização de diversos conflitos na Europa, como é legitimado pela NATO na declaração do conceito estratégico de Aliança, em 1999, referindo que a OSCE “*as a regional arrangement, is the most inclusive security organisation in Europe, ... and plays an essential role in promoting peace and stability, enhancing cooperative security, and advancing democracy and human rights in Europe*”, reconhecendo assim o importante papel desempenhado por esta organização na prevenção do uso da força e na mediação de conflitos, como foram os casos do conflito do Kosovo e do conflito Russo-Checheno (NATO, 2009).

Relativamente à UE, pode afirmar-se que os seus Estados-Membros representam mais de um quarto dos Estados participantes da OSCE, contribuindo com cerca de dois terços do seu orçamento e uma igual percentagem dos seus funcionários (Oberschmidt e Zellner, 2013, p. 7). No entanto, refere ainda este autor que a UE não representa uma posição preponderante na OSCE, principalmente devido a dois principais fatores: em primeiro lugar, pese embora a OSCE tenha servido de inspiração para a criação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), não há uma convergência de interesses, devido à existência de três países muito fortes (França, Alemanha e Reino Unido) cada um com as suas prioridades definidas e, em segundo lugar, devido a alguns países exibirem alguma incerteza acerca da utilização da “*OSCE as an instrument for furthering EU interests*” (Oberschmidt e Zellner, 2013, p. 8).

1.4. A OSCE e os países do Mediterrâneo

A AFH, documento estruturante da OSCE, ao referir que a “segurança na Europa deve ser considerada num contexto mais amplo da segurança mundial e está estreitamente ligada à segurança do conjunto da região mediterrânica como um todo (...)”² (OSCE, 2016b) e também que existe a intenção de incluir todos os Estados do Mediterrâneo, deixa bem patente a importância da região no contexto de segurança da Europa.

Esta relação de proximidade data do início das negociações da AFH e conta com a participação de 11 países³, que são conhecidos por Parceiros para a Cooperação sendo seis da área geográfica do Mediterrâneo.

No entanto, pese embora todo este interesse, conforme refere Wohlfeld (2014, p. 42), o diálogo com os Parceiros do Mediterrâneo, desde então, tem sido largamente desprovido de quaisquer perspetivas panorâmicas ou visionárias para a região.

² Tradução livre dos autores

³ Afeganistão, Argélia, Austrália, Coreia do Sul, Egito, Israel, Japão, Jordânia, Marrocos, Tailândia, Tunísia



Atualmente, na região do Mediterrâneo ocorrem grandes mudanças. Há processos de transição em curso, que refletem instabilidade, declínio económico e, também, a possibilidade de surgirem Estados falidos. Há líderes jovens que surgem, mulheres que reivindicam os seus direitos e também a necessidade de estratégias mais agressivas para a resolução e prevenção de conflitos, bem como para a construção da paz, surgindo assim uma oportunidade de ação da OSCE, principalmente através da aplicação do CC.

1.5. Metodologia

No âmbito da estratégia de investigação é adotada a abordagem do tipo qualitativa, em que a pesquisa utiliza procedimentos interpretativos dos fenómenos pretendendo, assim, alcançar a compreensão da realidade. É atribuída primazia à análise de conteúdo e à produção de dados descritivos decorrentes dos documentos analisados.

O desenho da pesquisa enquadra-se num Estudo de Caso, pois pretende descrever de forma rigorosa e detalhada o objeto estudado, ou seja, “recolher informação sobre um fenómeno particular inserido no seu contexto” (IUM, 2016, p. 39).

O percurso metodológico do estudo de investigação, constituído pelas fases exploratória, analítica e conclusiva, encontra-se representado de forma esquemática na figura 1.

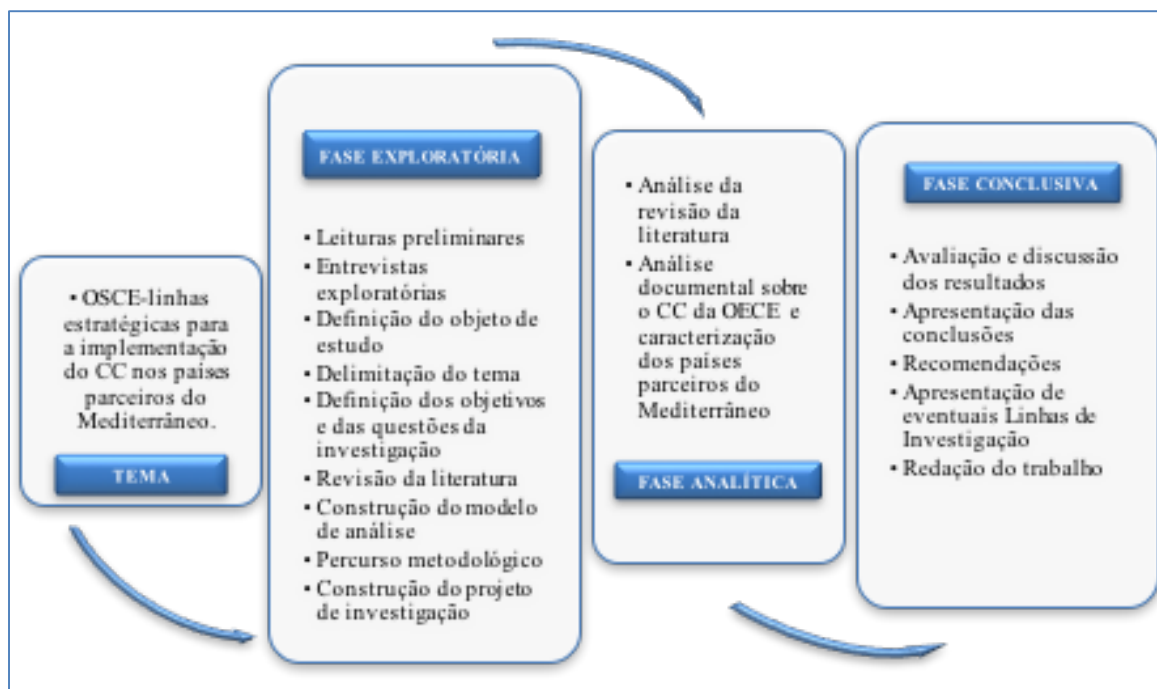


Figura 1- Percurso metodológico da investigação

Fonte: adaptado de IUM (2016)



No presente estudo são privilegiadas, como técnicas de recolha de dados, a análise documental, a assistência de uma conferência sobre o tema e a leitura exaustiva de diversa bibliografia.

Os dados recolhidos são objeto de análise, de conexão com o objeto da investigação, de interpretação e de reflexão, o que permite a elaboração de conclusões sobre a problemática da investigação e apresentar algumas recomendações tendo em conta o OG da investigação.



2. Código de conduta referente a aspetos político-militares e de segurança da OSCE

2.1. Fórum para a Segurança e Cooperação

Corria o ano de 1992 quando, na Conferência que tomou o nome de Helsínquia II, foi criado o *Forum for Security Co-operation* (FSC), para reforçar o propósito da organização na segurança político-militar (OSCE, 2016f), o qual foi mandatado para a criação de um CC referente a aspetos político-militares e de segurança. As conversações decorreram entre setembro de 1992 e novembro de 1994, sendo finalizado o documento em plena Cimeira de Budapeste, fazendo parte integrante das atas da cimeira e constituindo-se no seu capítulo IV (OSCE, 2015).

O FSC é composto por diplomatas e conselheiros militares, representantes de todos os países membros da OSCE, que reúnem semanalmente e tendo o CC como parte da sua agenda permanente (Grass, 2014).

2.2. O Código de Conduta da OSCE

Conforme refere Lambert (2014), a negociação do CC está diretamente relacionada com as lições aprendidas dos conflitos ocorridos pós-guerra fria, nos territórios da ex-Jugoslávia e ex-União Soviética, onde os atores envolvidos não se limitaram unicamente ao emprego de forças militares, tendo estado também envolvidas organizações paramilitares, governamentais e não governamentais, assim como de segurança.

As incertezas resultantes do ambiente de segurança e o subsequente desenvolvimento de políticas de segurança abrangentes, bem como o papel das Forças Armadas (FFAA) e das Forças de Segurança, levaram a um alargamento do conceito de medidas de confiança (*confidence building measures*).

Segundo Ghéballi (2003) o CC é o documento normativo mais importante que os Estados-membros adotaram, desde a assinatura da AFH. Em primeiro lugar, porque se constitui numa ferramenta que não tem equiparação com qualquer outra existente numa outra organização internacional e, em segundo lugar, porque aborda uma área sensível de todos os Estados, como é a utilização das FFAA, consagrando um conjunto de disposições que regulam e definem o seu papel e a sua utilização.

O articulado do CC consiste em 42 parágrafos, estruturados em dez capítulos, mas, na realidade, podem-se resumir a três grandes temas (Ghéballi, 2003):

- Relações entre Estados (§1-19);
- Organização interna dos Estados (§20-37) e;



- Termos de implementação (§38-42).

No primeiro tema o CC refere um número de princípios retirados da AFH e da Carta de Paris⁴, nomeadamente o respeito por todas as decisões da CSCE, a partilha da segurança e a sua não obtenção à custa de outrem e o respeito pela igualdade soberana dos Estados.

Já no segundo tema, o CC inclui uma descrição detalhada dos princípios de controlo democrático das FFAA, o qual deve ser efetuado por “*constitutionally established authorities vested with democratic legitimacy*”⁵. Refere também que os parlamentos nacionais devem aprovar os orçamentos de defesa e que deverá ser dada especial atenção à formação do pessoal militar, que deve refletir altos padrões de respeito pelos direitos humanos (OSCE, 2016c)⁶.

Finalmente, no último tema, os Estados assumem a responsabilidade pela implementação do código, bem como o seu vínculo político ao cumprimento do mesmo.

No entanto, é precisamente no aspeto relacionado com a organização interna dos Estados que o CC é inovador, porquanto toca no que é a parte mais sensível de todos eles, que são as FFAA, detalhando que (Lutterbeck e Wohlfeld, 2014, p. 14):

- A supremacia do poder democrático, constitucional e civil deve prevalecer sobre o setor de segurança, com a submissão das FFAA às normas e prescrições do Direito Internacional Humanitário;
- Deve haver respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais do pessoal das FFAA;
- Deve existir regulação da utilização das FFAA para fins internos.

Ghébali (2003) é muito feliz quando refere que as disposições relativas à utilização das FFAA, numa democracia, se resumem a uma simples pergunta: quem deve controlar o quê, como e porquê? A resposta a esta pergunta encontra-se exposta na Tabela 3, no Anexo A –.

Claro que a responsabilidade pela implementação do CC cabe aos Estados, que anualmente reportam os procedimentos levados a cabo para a sua implementação, através de respostas a um questionário (OSCE, 2016e).

⁴ A Carta de Paris para uma nova Europa, assinada em 21 de Novembro de 1990, pelos Chefes de Estado ou de Governo dos países participantes na Conferência da CSCE, consagra um conjunto de valores comuns que afirmam a relevância da segurança, não só do respeito pelos direitos humanos, mas também da governação democrática e de uma economia de mercado livre (OSCE, 1990)

⁵ Parágrafo 21º, capítulo VII (OSCE, 2016c).

⁶ Parágrafos 20-37, capítulos VII e VIII (OSCE, 2016c).



Uma tarefa de relevo é estender a aceitabilidade do CC aos parceiros da OSCE para a Cooperação, nomeadamente aos da área do Mediterrâneo. Para esse efeito, a 1 de março de 2013 foi apresentada uma tradução do Código, para a língua árabe efetuada pela Alemanha e pela Suíça (OSCE, 2013a).

Após a tradução do CC, para a língua árabe, houve um grande interesse dos parceiros para a cooperação e também da Liga dos Estados Árabes, levando a uma iniciativa, no FSC, tendo sido publicado um documento com a compilação de exemplos práticos do controlo democrático das FFAA e de Segurança (Chaudhuri, 2015, p. 136; OSCE, 2013b).

Ponto fulcral da apresentação do CC aos países do Mediterrâneo foi a Conferência de Malta, que teve lugar em setembro de 2013, tendo sido a primeira conferência sobre o CC, destinada especificamente à região do Mediterrâneo.

Mais recentemente, por iniciativa da Jordânia, decorreu na sua capital, Amã, um seminário acerca do CC, com o objetivo de discutir a sua aplicabilidade no contexto nacional e regional, “tendo sido esta a primeira vez que se realizou um evento desta natureza, fora do espaço da OSCE” (MNE, 2016). Apesar de, dos seis parceiros para a Cooperação, apenas terem estado presentes três, Argélia, Jordânia e Tunísia, pode considerar-se que foi dado um passo importantíssimo, como decorre da análise do relatório da Representação Permanente de Portugal junto da OSCE em Viena (MNE, 2016), que:

- A Tunísia, devido às transformações políticas que aí ocorreram, está num processo de “tornar mais ativo o papel do parlamento no controle democrático das Forças Armadas e da *Gendarmerie* Nacional, tendo já oficializado o pedido à OSCE para apoio na sua implementação”;
- A Jordânia possui um CC próprio, aprovado por Decreto Real, com objetivo de “promover o respeito pela lei, pelos direitos humanos, definir a relação dos militares e das forças de segurança com os cidadãos, o respeito pelo direito de propriedade, o combate à corrupção e o combate ao terrorismo”;
- A Argélia, apesar de considerar que o CC é um documento importante, bem estruturado e equilibrado, está a tentar promover a implementação da igualdade de género nas FFAA e de Segurança, que tem sido um desafio.

Pelo exposto acima, nota-se que há um reconhecimento explícito na implementação do CC pelos três países, existindo até, por parte da Jordânia, a criação de um CC particular, não referindo, no entanto, a similaridade que existe entre este e o da OSCE.



2.3. Síntese conclusiva

Ao longo deste capítulo descreveu-se a existência do FSC e a sua relação com a elaboração do CC.

Mostrou-se a que se deveu a criação do CC, bem como a importância que ele desempenha, sendo o documento normativo mais importante, imediatamente atrás da AFH, devido, fundamentalmente, à definição de um conjunto de regras que disciplinam e definem a utilização das FFAA.

O CC revela ainda preocupação acerca do relacionamento entre os Estados, mas é no controlo democrático das FFAA que ele é mais incisivo, quando refere que estas devem ser controladas por autoridades criadas constitucionalmente e legitimadas democraticamente.

Foi também referida a problemática acerca da forma como o CC está a ser apresentado aos países da cooperação do Mediterrâneo, nomeadamente a sua tradução para a língua árabe, bem como as múltiplas conferências que têm sido levadas a cabo, culminando, recentemente, com a conferência de Amã, na Jordânia, onde se verifica que os países presentes mostraram vontade, que têm tido uma evolução positiva para a aplicação do CC, ainda que ténue.

Face ao que precede, nomeadamente quanto à análise evidenciada ao CC da OCSE, considera-se respondida a QD1 e atingido o OE1.



3. Os parceiros da OSCE na margem Sul do Mar Mediterrâneo

Os seis países parceiros da OSCE na margem Sul do Mar Mediterrâneo têm características diferentes, mas encontram-se inseridos em áreas comuns e de grande importância, o Médio Oriente e o Norte de África, englobando nesta designação a região do Magrebe e do Sahel. Estas regiões são relevantes pelas reservas energéticas que possuem, pela instabilidade que as caracteriza e pelo elevado potencial para alastrar a outras regiões, muito também por força do fator religioso, e pelo seu posicionamento geográfico, em particular para a Europa, pois podem ser um “tampão” ou a passagem para inexoráveis fluxos migratórios de regiões com elevado índice populacional.

Assim e para aquilatar das condições que cada um destes países possui para implementar o CC da OSCE, importa perceber as suas realidades e idiosincrasias.

3.1. Argélia

A Argélia é um país do Norte de África, integrando o Magrebe, e tem uma relação instável com Marrocos desde a anexação do Saara Ocidental, que não reconhece. Tem apoiado política e militarmente os esforços para garantir a independência daquela região, considerada economicamente estratégica.

É considerado um grande produtor na área da energia, tendo relações estáveis com a UE, seu principal cliente. Estende as boas relações aos EUA, com quem coopera no combate ao terrorismo e ao extremismo religioso, e à Rússia, num processo de cada vez maior diversificação e aprofundamento.

Embora não tenha sofrido os efeitos diretos da Primavera Árabe, manobrou por antecipação, iniciando um processo de reformas políticas que respondessem aos anseios da população e da comunidade internacional. Nesse sentido, foi recentemente estabelecido um limite aos mandatos presidenciais, que pode diminuir a ligação do titular deste cargo às Forças Armadas e, indiretamente, fortalecer o controlo pelo parlamento.

Em termos de segurança interna há ainda algum caminho a percorrer no combate à atuação de redes criminosas, de tráfico de seres humanos e armas.

Ver Apêndice B — Breve análise geopolítica da Argélia.

3.2. Egito

O Egito sofre influência do Médio Oriente, do Sahel e do Magrebe, principalmente por questões energéticas, atraindo a atenção das principais potências pelo controlo do Canal do Suez.



Com independência recente, o elevado crescimento da população sobrecarregou os limitados recursos e conduziu a inevitáveis tensões sociais, principal problema dos governantes.

O impacto da “Primavera Árabe” foi significativo, tendo a Irmandade Muçulmana subido ao poder, numa deriva extremista *corrigida* pelos militares em 2013.

O balanceamento de movimentos radicais islâmicos entre Médio Oriente, África e Europa, e a situação na Faixa de Gaza, são foco de instabilidade e ameaça ao regime, a que acrescem as relações tensas com a Turquia e o diferendo territorial com o Reino da Arábia Saudita (RAS) e o Sudão.

Como principal fator de reforço da estabilidade, o Egito tem excelentes relações com os EUA, a UE, a Rússia e Israel.

Ver Apêndice C — Breve análise geopolítica do Egito.

3.3. Israel

Israel encontra-se inserido no coração do mundo árabe e os conflitos com vizinhos, precederam, mesmo, o seu reconhecimento como Estado, pela ONU. As guerras com os países vizinhos têm sido uma constante na sua história, mas, simultaneamente, um poderoso fator aglutinador que permite que, mesmo com diferentes correntes ideológicas, a segurança do Estado esteja sempre em primeiro plano.

Tem uma ligação privilegiada aos EUA e, atualmente, as suas relações com a Rússia também atravessam um excelente momento.

Com a UE a relação é, no mínimo, peculiar, uma vez que têm tradição de interdependência e cooperação, reforçada por inúmeros acordos, mas, no campo político, nem sempre existe a respetiva correspondência. Pelo lado israelita, a posição da UE é muitas vezes percecionada como hostil, em termos políticos, e muito mais próxima dos palestinianos.

Em termos regionais subsiste o diferendo com os palestinianos, que está longe de ter solução e, tecnicamente, mantém-se em guerra com a Síria, que exige a devolução dos Montes Golan. Tem um conflito permanente com o Hamas, na Faixa de Gaza, e com o Hezbollah, na fronteira com o Líbano. No entanto, conseguiu estabelecer relações favoráveis com a Jordânia e com o novo governo egípcio, o que abre boas perspectivas para uma maior estabilidade.

Ver Apêndice D — Breve análise geopolítica de Israel.



3.4. Jordânia

A Jordânia tem conseguido garantir a paz no seu território através do estabelecimento e manutenção de boas relações com os países vizinhos e as principais potências, assumindo sempre um papel de mediador de conflitos.

É um aliado dos EUA e tem conseguido estreitar relações com a Rússia, chegando a estabelecer canais de coordenação para intervenções na Síria. Neste conflito, apoia e financia o Exército da Síria Livre, garantindo um “tampão” junto às suas fronteiras, onde a situação tem estado calma.

Tem na UE o seu principal parceiro económico, sendo as relações excelentes, como se comprova pelo facto de existir, até, um Acordo de Comércio Livre com subsequentes desenvolvimentos.

A relação com Israel melhorou desde que, em 1988, abandonou a pretensão à Cisjordânia e, em 1994, foi assinado um tratado de paz. Atualmente atingiu o ponto mais alto com um acordo de fornecimento de gás (Herrera, 2016) e a permissão para israelitas poderem aí adquirir terras.

Dada a extensão do seu território, as características dos países vizinhos e a sua grande dependência externa, principalmente em petróleo e água, a Jordânia terá que continuar a aposta no reforço das relações externas, principalmente com as principais potências e seus mais fortes aliados.

Ver Apêndice E — Breve análise geopolítica da Jordânia

3.5. Marrocos

Marrocos é um dos países do Norte de África que constitui o Magrebe, possuindo traços culturais de múltiplas proveniências, influenciando também outros países da região.

Consolidada a sua independência, estendeu o seu controlo administrativo ao Saara Ocidental, situação que subsiste, é geradora de instabilidade na região e não tem o reconhecimento da ONU.

Situa-se na rota da emigração ilegal para Espanha, proveniente do Norte de África, e tem um diferendo com a Argélia, com acusações mútuas de apoio a terroristas e contrabandistas, sendo um dos maiores produtores mundiais de haxixe, é considerado ponto de passagem da cocaína proveniente da América do Sul, com destino à Europa Ocidental.



As suas relações com a UE e os EUA são excelentes, mantendo com a União programas de cooperação que visam o reforço da democracia, e tendo com os EUA um importante acordo de comércio livre.

Tem reforçado as suas relações com a China e a Rússia, procurando o apoio destes países à sua reivindicação sobre o Saara Ocidental.

Ver Apêndice F — Breve análise geopolítica de Marrocos

3.6. Tunísia

A Tunísia é um dos países do Norte de África que integra o Magrebe e não possui nenhum problema diplomático significativo com países do Mediterrâneo.

O país enfrenta problemas com o tráfico de droga e de seres humanos, problema que se agrava com o fluxo de refugiados de países vizinhos e com um significativo número de menores desacompanhados.

Os ataques terroristas no interior do país tiveram profundas consequências na economia e provocaram uma significativa instabilidade política. No entanto, a UE, com quem tem excelentes relações, tem intensificado os esforços no sentido de estreitar a cooperação nos domínios político e económico, de forma a cimentar a democracia.

Os EUA, principalmente após a Primavera Árabe, têm vindo a dispensar um significativo apoio financeiro, a par de um reforço da cooperação no combate ao terrorismo.

A Rússia, por seu lado, tem procurado estreitar sua relação diplomática, inclusive no campo militar, a pretexto do combate ao terrorismo e partindo daí para um aprofundar de relações.

Subsiste alguma desigualdade social que pode ser foco de instabilidade, sendo mais significativa a discrepância entre a região costeira, mais desenvolvida, e a região empobrecida do interior.

Ver Apêndice G — Breve análise geopolítica da Tunísia

3.7. Síntese conclusiva

A realidade dos seis países parceiros da OSCE é substancialmente diferente. Israel tem alguma maturidade, enquanto democracia, mas está em permanente estado de alerta pois encontra-se rodeado de países declaradamente inimigos e que advogam, mesmo, a sua extinção.

A Jordânia, por seu lado, tem uma estabilidade governativa de décadas, mas enormes fragilidades no que a recursos concerne, e uma localização de complicada gestão, pois



situa-se precisamente entre Israel e os seus inimigos. Acresce que alberga uma significativa comunidade palestina, que dificulta a sua ação diplomática de entendimento com todos os países vizinhos.

O regime egípcio pode ser considerado uma democracia recente, pois a Irmandade Muçulmana foi retirada do poder apenas em 2013 e as eleições realizaram-se em 2014. Tem graves problemas sociais, por desadequação dos recursos à dimensão da população, e um risco sempre latente de uma tentativa dos radicais da Irmandade Muçulmana voltarem ao poder, até porque contam com apoio turco.

Marrocos e a Argélia têm pendente um diferendo sobre o Saara Ocidental, que provoca instabilidade na região. Para além desta situação, estes países e a Tunísia partilham problemas de segurança relativos a redes de tráfico de seres humanos, armas e/ou droga.



4. O Código de Conduta e os parceiros da OSCE na margem Sul do Mar Mediterrâneo

Escalpelizado o CC e claramente definidos os objetivos a atingir com a sua implementação, importa agora, face às características de cada país, aquilatar da possibilidade da sua implementação. Diferentes realidades podem obstar a uma aplicação universal e, naturalmente, obrigar a processos de implementação distintos, mesmo a diferentes velocidades.

Vejamos então a adequação das particularidades de cada um destes Estados ao preceituado no CC.

4.1. Argélia

A Argélia é um dos países que constitui o Magrebe, tendo uma relação instável com Marrocos, uma vez não reconhece a sua administração sobre o Saara Ocidental. Tem apoiado política e militarmente, a independência desta região, considerada economicamente estratégica.

Por outro lado, embora seja considerado um grande produtor no campo energético, tem relações estáveis com a UE, importante cliente, com os EUA, com quem coopera no combate ao terrorismo e ao extremismo religioso, e com a Rússia, com quem tem vindo a diversificar as relações. Estas excelentes e diversificadas relações favorecem a implementação do CC.

A Argélia não foi atingida diretamente pela Primavera Árabe. No entanto e precisamente para evitar consequências desse movimento, iniciou um processo de implementação de reformas políticas. Recentemente foi aprovado um limite aos mandatos presidenciais, que pode ter algum efeito sobre a ligação do presidente às FFAA e, assim, fortalecer o seu controlo pelo parlamento. A verificar-se esta situação, a adoção do CC seria claramente favorecida.

Um ponto que pode ser considerado sensível é a atuação de redes criminosas, de tráfico de seres humanos e de armas, que pode dificultar a implementação do CC.

Caso a relação diplomática com Marrocos melhore e a situação de segurança se consolide, a Argélia não terá grandes dificuldades em adotar o CC.

4.2. Egito

O Egito localiza-se na confluência de três regiões problemáticas, o Médio Oriente, o Sahel e o Magrebe, o que o expõe às tensões aí existentes, a que acresce o facto do controlo do Canal de Suez atrair a atenção das principais potências, o que nem sempre é



sinónimo de estabilidade. Esta realidade seria, *per se*, suficiente para dificultar uma implementação rápida e completa do CC. No entanto, passos têm sido dados no sentido de criar condições para essa implementação e, neste capítulo, tem sido determinante o apoio da UE.

Por outro lado, quiçá fonte de maior dificuldade em todo este processo, o regime vigente é extremamente recente e sucedeu a um regime radical, expulso pela força apenas em 2013. Acresce que esse regime era apoiado pela Irmandade Muçulmana, movimento transnacional com significativa expressão na região e, no caso egípcio, com forte apoio da Turquia, que a acolheu e onde continua ativa. O seu regresso é uma ameaça que paira sobre o Egito e ainda não estão criadas as condições para o impedir, sem recurso ao aparelho militar.

Necessariamente, as disputas territoriais que subsistem com o RAS e o Sudão, as dificuldades no controlo das fronteiras e os problemas de instabilidade provocados pelo excesso de população, também dificultam uma implementação rápida do CC, que terá assim que ser um processo lento e por etapas sequenciais, a serem consolidadas.

4.3. Israel

Para Israel é, no que ao processo democrático concerne, relativamente fácil implementar o CC. No entanto, o facto de se encontrar inserido no coração do mundo árabe e de os conflitos com os países vizinhos terem precedido mesmo o seu reconhecimento como Estado pela ONU, obriga a alguma centralização e discrição da atuação, no mínimo, dos serviços de segurança.

Por outro lado, importa ter presente que, embora aliado tradicional dos EUA e, de momento, com excelentes relações com a UE, a Rússia, a Jordânia e o Egito, Israel encontra-se tecnicamente em guerra com a Síria, que exige a devolução dos Montes Golan. Tem um conflito permanente com o Hamas na Faixa de Gaza, a Sudoeste, e com o Hezbollah na fronteira com o Líbano, a Norte. E, para complicar ainda mais a situação, o Hamas foi eleito para a presidência do Conselho Legislativo Palestino, o que torna mais difícil a obtenção de uma solução para este conflito, fundamental para o estabilizar de toda a região.

Se a situação ao seu redor estabilizar, Israel não terá qualquer dificuldade em implementar o CC, o que seria até benéfico para a melhoria das suas relações com a UE.



4.4. Jordânia

Sendo a Jordânia um país sem grande profundidade e com uma população multiétnica, está particularmente exposta a conflitos ou vazios de poder que ocorram na sua vizinhança. Esta característica não facilita a adoção do CC, pois nestas situações, quer o processo de decisão, quer a flexibilidade de todo o sistema, não se compadecem da morosidade e complexidade dos processos parlamentares democráticos. Em especial quando, como acontece na Jordânia, uma força nada democrática como a Coligação Nacional para a Reforma, que engloba a Frente de Ação Islâmica, a ala política da Irmandade Muçulmana, e os seus aliados, tem 15 dos 120 lugares desse parlamento e pode tentar bloquear ou atrasar qualquer processo⁷ (Abuqudairi, 2016).

É necessário ter ainda presente que a Jordânia é um país com uma existência muito recente – a sua independência foi obtida apenas em 1946. A comunidade palestina e a solução encontrada para a Cisjordânia, são elementos com forte potencial desestabilizador e, como tal, também eles recomendam alguma prudência numa aplicação demasiado impulsiva do CC.

Recentemente, a situação na vizinha Síria veio precisamente demonstrar quão volátil é a região em que a Jordânia se insere, sendo fundamental para a sua estabilidade o apoio e controlo, exercido sobre o Exército da Síria Livre, principal grupo sírio a atuar junto à sua fronteira. Este género de atuação seria sempre mais difícil se passasse pelo parlamento e o segredo, que estas operações requerem, muito mais difícil de manter, pelo menos na fase inicial, a mais crítica. Embora tal seja desejável é sempre necessário atender à maturidade das instituições democráticas e à situação de segurança envolvente.

A Jordânia tem, no entanto, um CC para os seus cidadãos e um historial de busca de consensos e alianças em todos os quadrantes, que abre boas perspectivas quanto à implementação do CC da OSCE.

4.5. Marrocos

Após a independência, Marrocos anexou parte do Saara Ocidental, região rica em minérios. Essa anexação tem acarretado problemas diplomáticos com a ONU, que não reconhece a sua soberania sobre este território, e com outros países, principalmente a Argélia. Esta situação dificulta a adoção do CC.

⁷ Podendo mesmo alterar-se a distribuição de poder quando ainda subsistem movimentos ou partidos radicais e nada democráticos.



O tráfico de droga para a Europa Ocidental constitui fator de instabilidade, a par das acusações argelinas sobre um alegado apoio a terroristas e traficantes de armas. Esta situação não favorece a adoção do CC.

Pesam a favor da adoção do CC:

- as relações diplomáticas com a UE, que tem implementado um programa de apoio ao reforço da democracia, com medidas que visam reformas políticas e económicas, além de soluções para o problema da emigração.
- a relação com os EUA, considerada excelente, mantendo os dois países um acordo de livre comércio que muito beneficia a economia de Marrocos.
- a aproximação à China e à Rússia, favorecidas pela morosidade das iniciativas da UE e EUA sobre a decisão da soberania do Saara Ocidental.

Dessa forma, a adoção do CC por parte do Marrocos, passa por uma solução para o problema do Saara Ocidental, pela normalização das relações com a Argélia e pela estabilização da sua situação interna.

4.6. Tunísia

A Tunísia é um dos poucos países da região que não tem conflitos com países vizinhos. Integrando o Magrebe sofre naturalmente o impacto de alguns problemas estruturais da região, com destaque para o tráfico de droga e de seres humanos, problema que neste país se agrava com o fluxo de refugiados de países vizinhos e com a existência de um significativo número de menores desacompanhados, situação que não favorece a adoção do CC.

Sofreu, num passado recente, ataques terroristas que desestabilizaram a situação interna, com especial incidência na economia e, como não podia deixar de ser, ao nível político. Por outro lado, subsiste alguma desigualdade social que pode potenciar alguma instabilidade. Assim, a situação interna não favorece ainda a implementação do CC.

No entanto, as relações com as principais potências, a UE, os EUA e a Rússia, podem ser consideradas excelentes, estando inclusivamente em curso iniciativas que visam um reforço das instituições democráticas e a consolidação de um regime desta natureza. Por esta via, a implementação do CC é claramente favorecida.

4.7. Síntese conclusiva

Conforme se retira do supramencionado, a implementação de um Código de Conduta ou qualquer outro mecanismo similar, aos seis países, não pode ser de aplicação geral, de receita universal. As diferentes realidades, aos mais variados níveis, impõem uma



implementação a diferentes velocidades e com graus de exigência muito diferentes, sob pena de se quebrarem frágeis equilíbrios internos ou regionais, e a situação evoluir em sentido contrário ao pretendido – a implementação e o cimentar de modelos democráticos.

A par da posição da OSCE que, tendo consciência da dificuldade de uma implementação imediata e transversal do CC, passa pelo reforço do diálogo e sua manutenção até que este código seja adotado, o papel das principais potências, UE, EUA e Rússia, é decisivo pois tal desiderato é impossível de atingir sem a estabilização da região.

Assim, a definição de linhas de ação estratégica para a criação de condições de implementação do CC, terão necessariamente que passar pelo mitigar das principais dificuldades. Isto é:

- Argélia:
 - ✓ Solução para o problema do Saara Ocidental;
 - ✓ Reforçar as instituições democráticas com responsabilidade na segurança interna;
 - ✓ Eliminação do tráfico de seres humanos e de armas.
- Egito:
 - ✓ Estabilização da região;
 - ✓ Resolução dos problemas internos;
 - ✓ Promoção e consolidação da democracia.
- Israel:
 - ✓ Estabilização da região;
 - ✓ Comprometimento das potências regionais com o processo de paz;
 - ✓ Reconhecimento da sua legitimidade;
 - ✓ Solução para o problema palestino.
- Jordânia:
 - ✓ Estabilização da região;
 - ✓ Solução para o conflito na Síria;
 - ✓ Solução para o problema palestino.
- Marrocos:
 - ✓ Solução para o problema do Saara Ocidental;
 - ✓ Reforço das instituições democráticas;
 - ✓ Combate à emigração ilegal;
 - ✓ Combate ao tráfico de droga.



- Tunísia:
 - ✓ Solução para o problema do Saara Ocidental;
 - ✓ Melhoria das estruturas internas;
 - ✓ Reforço das instituições democráticas com responsabilidade na segurança interna;
 - ✓ Combate ao tráfico de seres humanos e de droga.

Desta forma considera-se respondida a QD2 e atingido o OE2.

Igualmente, ao terem sido identificados os fundamentos das linhas de ação estratégica que melhor satisfazem a implementação do CC, considera-se respondida a QC e atingido o OG.



Conclusões

A sinopse conclusiva constitui-se como o desfecho do presente estudo, pois possibilita apresentar as grandes linhas do procedimento metodológico seguido, salientar e sintetizar os contributos que resultam da investigação realizada, bem como apresentar algumas sugestões para subseqüentes linhas de investigação.

Grandes linhas do procedimento metodológico seguido

Este trabalho seguiu a orientação metodológica utilizada no IUM respeitante à elaboração de trabalhos de investigação, nomeadamente a estabelecida nos documentos ACA 010 e ACA 018 (IESM, 2015a; 2015b), tendo-se adotado um raciocínio do tipo dedutivo.

O estudo, centrado numa estratégia de investigação fundamentalmente qualitativa, seguiu um desenho de pesquisa do tipo “Estudo de Caso”, tendo a recolha de informação recaído na pesquisa documental e bibliográfica, analisando os dados com o objetivo de responder às questões colocadas no início da investigação

Avaliação dos resultados obtidos

A investigação teve como objetivo a identificação de contributos que permitam a definição de linhas de ação estratégicas que, por sua vez, possibilitem a adoção do CC da OSCE por parte dos países parceiros do Mediterrâneo. Esta ambição foi esclarecida previamente através da definição do OG e dos OE.

No primeiro capítulo, para melhor se compreender a problemática, foi feita uma breve introdução acerca da CSCE, antecessora da OSCE, sustentada na revisão da literatura, fazendo-se uma breve retrospectiva histórica acerca do seu surgimento e dos fatores que estiveram na génese da sua criação, tendo culminado com a assinatura da AFH.

Este documento, estruturante para a OSCE, define os seus objetivos estratégicos que, basicamente, se encontram agrupados em três matérias basilares:

- Questões relativas à segurança na Europa;
- Cooperação no domínio da economia, da ciência e tecnologia e do ambiente;
- Questões relativas à segurança e à cooperação no Mediterrâneo.

Foi também analisado o papel da OSCE face à NATO e à UE, tendo sido dado relevo à monitorização de diversos conflitos na Europa. A relação da Organização com os países do Mediterrâneo, ponto importante deste estudo, foi também referida, já que data da assinatura da AFH.



No segundo capítulo caracterizou-se o CC referente a aspetos político-militares e de segurança, com referência à entidade responsável pela sua divulgação, o FSC.

O CC constitui-se no normativo mais importante em vigor na OSCE, logo a seguir à AFH, devido, principalmente, à regulamentação que faz da utilização das FFAA.

Além deste aspeto, o CC refere o modo como os Estados se devem relacionar entre si, mas, é na organização interna destes, mais precisamente no respeitante ao controlo democrático das FFAA e aos altos padrões de direitos humanos que estas devem respeitar, que o código é mais incisivo e que poderão residir as maiores dificuldades à sua implementação.

Ciente desta dificuldade, foi elaborada uma tradução para a língua árabe, tendo dado origem a um especial interesse dos países parceiros do Mediterrâneo e da Liga dos Estados Árabes, surgindo, a partir dessa altura, a realização de conferências sobre esta temática.

No capítulo três analisou-se a realidade dos seis países parceiros do Mediterrâneo, Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Marrocos e Tunísia, realçando as suas principais características e, naturalmente, vulnerabilidades.

A Argélia tem o principal foco de instabilidade na relação com Marrocos, decorrente da anexação do Saara Ocidental, e nas redes criminosas de tráfico de seres humanos e armas, que operam no seu território com relativa impunidade.

O Egito, devido à sua localização geoestratégica, na confluência de três regiões complexas, Médio Oriente, Sahel e Magrebe, enfrenta problemas étnicos, sociais e religiosos, requerendo umas FFAA com capacidade para fazer face a estes dilemas.

Acresce a este facto que, tendo tido eleições há cerca de dois anos, na sequência de um golpe de estado que depôs um governo radical, atravessa uma época de instabilidade social, devido, principalmente, a uma insuficiência de recursos face à dimensão da sua população, vivendo no estigma do retrocesso devido à ameaça do regresso da Irmandade Muçulmana ao poder.

Por sua vez Israel é uma democracia já consolidada, encontrando-se rodeado de países inimigos e tecnicamente em guerra com um deles, a Síria. Tem latente um diferendo com os palestinianos que origina conflitos com o Hamas na fronteira com Faixa de Gaza e com o Hezbollah na fronteira com Líbano.

A Jordânia, localizada no Médio Oriente, tem graves problemas de escassez de recursos aos mais variados níveis, subsistindo à custa de uma estratégia de manutenção de boas relações com países vizinhos e potências com influência na região. Tem conseguido



gerir as suas relações com os EUA e com a Rússia, bem como com Israel, com quem inclusivamente tem um acordo de fornecimento de gás.

Marrocos tem uma contenda diplomática com a ONU relativa ao Saara Ocidental e, por esta razão, um diferendo de significativas proporções com a Argélia.

Não conseguiu ainda deixar de fazer parte da rota de emigração ilegal de África para a Europa, via Espanha, nem da rota da droga com o mesmo destino.

As relações com as principais potências estão num patamar considerado excelente.

Por outro lado, a Tunísia não tem qualquer diferendo diplomático com países vizinhos e tem, com as principais potências, um ótimo relacionamento.

Apenas a sua situação interna necessita de significativos esforços com vista à estabilização. Recentes ataques terroristas e redes de tráfico, de seres humanos e de droga, a operar no seu território, são importantes fatores de instabilidade que carecem de uma resolução urgente.

No quarto capítulo, atendendo à apreciação efetuada nos capítulos anteriores, foi analisada a possibilidade da implementação do CC aos seis países, tendo-se concluído pela sua impossibilidade de forma universal, sem que se minimizem as vulnerabilidades de cada um. Assim, a implementação terá que decorrer de forma independente, à medida da resolução dos problemas identificados nestes Estados. Consequentemente, importa adotar linhas de ação estratégica que passem por:

- Argélia – para além de uma solução para o problema do Saara Ocidental, importa reforçar as instituições democráticas, com responsabilidade na segurança interna e não só, para combater o flagelo do tráfico de seres humanos e de armas.
- Egito – para além de estabilizar a região, resolver os graves problemas internos e adotar medidas que promovam a consolidação da democracia;
- Israel – estabilizar a região e comprometer as potências regionais com a manutenção da paz e o reconhecimento da sua legitimidade, bem como encontrar uma solução para o problema palestino;
- Jordânia – estabilizar a situação na Síria e encontrar uma solução para o problema palestino
- Marrocos – encontrar uma solução para o problema do Saara Ocidental e reforçar as instituições democráticas, no sentido de combater a emigração ilegal e o tráfico de droga.



- Tunísia – para além de uma solução para o problema do Saara Ocidental, importa melhorar as estruturas internas, reforçando as instituições democráticas com responsabilidade na segurança interna e não só, para combater o tráfico de seres humanos e de droga

Deste modo, considera-se ter sido respondida a QC e atingido o OG, corolário do presente trabalho de investigação.

Contributos para o conhecimento

Neste trabalho ficaram bem patentes os principais impedimentos a uma implementação rápida e universal do CC. Ao serem identificadas as principais vulnerabilidades, foi possível determinar as principais linhas de ação estratégica para a sua mitigação e, conseqüentemente, para viabilizar a implementação do CC.

Por extravasar o âmbito deste trabalho, a sua dimensão e as limitações de tempo e espaço, não foram aprofundados os desenvolvimentos necessários à operacionalização dessas linhas de ação.

Recomendações e outras considerações de ordem prática

Uma vez que este foi um estudo eminentemente teórico, entende-se que o seu aprofundamento terá, necessariamente, que passar por um trabalho de campo, nos seis países e contactos diretos com as potências com interesses na região e organizações, internacionais e/ou não governamentais, a operarem na área.

Limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras

A principal limitação decorre da impossibilidade de conhecer *in loco* a realidade dos países em causa.

Este estudo permite o desenvolvimento de futuros trabalhos, que aprofundem a operacionalização das linhas de ação estratégica acima referidas.



Bibliografia

- AAPSO, 2014. *Sahara Ocidental Informação*. [Em linha] Disponível em: <http://aapsoci.dental.blogspot.pt/2014/02/ranking-mundial-de-despesas-militares.html> [Acedido em 20 fevereiro 2017].
- Abuqudairi, A., 2016. *Al Jazeera: Can Jordan's new parliament spearhead political change?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/2016/09/jordan-parliament-spearhead-political-change-160926054613800.html> [Acedido em 21 fevereiro 2017].
- Africa21, 2016. *Marrocos aproxima-se da China e da Rússia para diminuir a dependência do Ocidente*. [Em linha] Disponível em: <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=20922&e=Pol%C3%ADtica> [Acedido em 19 fevereiro 2017].
- Ahmed, M., 2015. *Centre on Religion & Geopolitics: What is Hamas?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.religionandgeopolitics.org/hamas/what-hamas> [Acedido em 20 fevereiro 2017].
- Amer, A. A., 2016. *Al Monitor: Is Jordan Israel's new best friend?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/10/palestine-jordan-israel-rapprochement-strategic-ties.html> [Acedido em 14 fevereiro 2017].
- Azevedo, M., 2002. [Em linha] Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1282/1/NeD103_MariaEduardaAzevedo.pdf [Acedido em 12 fevereiro 2017].
- BBC Brasil, 2015. *Dez perguntas para entender o conflito entre israelenses e palestinos*. [Em linha] Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151015_gaza_entenda_atualiza_cc [Acedido em 9 fevereiro 2017].
- BBC, 2010. *BBC NEWS: Who are Hezbollah?*. [Em linha] Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4314423.stm [Acedido em 20 fevereiro 2017].
- Beaumont, P., 2016. *The Guardian: US abstention allows UN to demand end to Israeli settlements*. [Em linha] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/dec/23/us-abstention-allows-un-to-demand-end-to-israeli-settlements> [Acedido em 9 fevereiro 2017].
- Borshchevskaya, A., 2016. *The Washington Institute: The Maturing of Israeli-Russian Relations*. [Em linha] Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/the-maturing-of-israeli-russian-relations> [Acedido em 9 fevereiro 2017].



- Bortot, S., 2015. *ShareAmérica: EUA expandem compromissos com a democracia e o crescimento económico da Tunísia*. [Em linha] Disponível em: <https://share.america.gov/pt-br/eua-expandem-compromisso-com-a-democracia-e-o-crescimento-economico-da-tunisia/> [Acedido em 20 fevereiro 2017].
- BP, 2016. *BP Statistical Review of World Energy June 2016*. [Em linha] Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf> [Acedido em 02 janeiro 2017].
- Chaudhuri, P., 2015. OSCE Partners for Co-operation - Outreach and Awareness raising on Core Values and Principles of the Code. *20 Years of OSCE Code of Conduct on Politico-Military Aspects of Security*, junho, Volume X, pp. 133-143.
- CIA, s.d.. *The World FactBook*. [Em linha] Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/> [Acedido em 1 fevereiro 2017].
- Conceição, A., 2016. *EXPRESSO: Argélia aprova reformas para o pós-Bouteflika*. [Em linha] Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-02-08-Argelia-aprova-reformas-para-o-pos-Bouteflika> [Acedido em 26 fevereiro 2017].
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia Vol I*. Lisboa: IAEM.
- Cruz, A., 2002. [Em linha] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/1292> [Acedido em 12 fevereiro 2017].
- DoS, 2013. *Office of the Historian*. [Em linha] Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1969-1976/helsinki> [Acedido em 26 janeiro 2017].
- DoS, 2014. *U.S. Relations With Jordan*. [Em linha] Disponível em: <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3464.htm> [Acedido em 14 fevereiro 2017].
- Encyclopædia Britannica, 2010. *Sahel*. [Em linha] Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Sahel> [Acedido em 26 fevereiro 2017].
- Exame, 2014. *EUA e Argélia se comprometem a lutar contra o terrorismo*. [Em linha] Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/eua-e-argelia-se-comprometem-a-lutar-contra-o-terrorismo/> [Acedido em 19 fevereiro 2017].
- Freixo, M. J., 2012. *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 4ª ed. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ghéballi, V.-Y., 2003. *DCAF - Centre for the Democratic Control of Armed Forces*. [Em linha] Disponível em: <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=>



[web&cd=1&ved=0ahUKEwjH5KS8uorSAhWFOxoKHXiOC44QFggZMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dcaf.ch%2Fcontent%2Fdownload%2F171864%2F2679766%2Ffile%2Fdd03_ghebali_osce-code_EN.pdf&usg=AFQjCNFzNOWoFtw-XHdu9zG10KHBslwRvw&sig2=P9mHUUpZNC3kskD_HAcGRIg&bvm=bv.146786187,d.d24](http://www.dcaf.ch/content/download/171864/2679766/file/ghebali_osce-code_EN.pdf)
[Acedido em 12 fevereiro 2016].

- Grass, F., 2015. *The OSCE Secretariat's Support to the Implementation of the Code of Conduct*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/cio/128961?download=true> [Acedido em 1 fevereiro 2017].
- Hamudi, A., 2013. *Saara Ocidental: o conflito territorial mais longo e aquecida da África*. [Em linha] Disponível em: <https://www.pambazuka.org/pt/governance/saara-ocidental-o-conflito-territorial-mais-longo-e-mais-esquecido-da-%C3%A1frica> [Acedido em 19 fevereiro 2017].
- Hassan, K., 2015. *Al Monitor: Egypt Pulse: Is discussing military budget taboo in Egypt?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/08/egypt-parliament-debate-military-budget-pension-increase.html> [Acedido em 21 fevereiro 2017].
- Hawthorne, E., 2016. *Stratfor: Egypt and Turkey, Aligned but out of Step*. [Em linha] Disponível em: <https://www.stratfor.com/weekly/egypt-and-turkey-aligned-out-step> [Acedido em 8 fevereiro 2017].
- Herrera, E., 2016. *Israel Hayom: Israel's edge in the Middle East*. [Em linha] Disponível em: http://www.israelhayom.com/site/newsletter_opinion.php?id=17357 [Acedido em 14 Fevereiro 2017].
- Icex, 2017. *Empreendedorismo e internacionalização*. [Em linha] Disponível em: <http://www.glocalup.com/marruecos-casablanca/?lang=pt> [Acedido em 19 fevereiro 2017].
- IESM, 2015a. *Trabalhos de Investigação (NEP / ACA - 010)*. Lisboa: IESM.
- IESM, 2015b. *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM (NEP / ACA - 018)*. Lisboa: IESM.
- IUM, 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. Cadernos do IESM N.º 8*. Lisboa: IESM.
- Jones, B. e Cullinane, S., 2013. *CNN*. [Em linha] Disponível em: <http://edition.cnn.com/2013/07/03/world/africa/egypt-muslim-brotherhood-explainer/> [Acedido em 20 fevereiro 2017].



- Keinon, H., 2016. *The Jerusalem Post: Putin Reaffirms Israel-Russia Ties*. [Em linha] Disponível em: <http://www.jpost.com/Israel-News/Politics-And-Diplomacy/Putin-reaffirms-mutual-ties-470690> [Acedido em 8 Fevereiro 2017].
- Lambert, A., 2015. *OSCE*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/cio/128961?download=true> [Acedido em 26 janeiro 2017].
- Layachi, A., 2011. *Foreign Affairs: Meanwhile in the Maghreb: Have Algeria and Morocco Avoided North Africa's Unrest?*. [Em linha] Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/north-africa/2011-03-31/meanwhile-maghreb> [Acedido em 26 fevereiro 2017].
- Lerman, E., 2016. *BESA: Saudi-Egyptian Tensions: Rifts Within the "Camp of Stability" Serve Iran's Interests*. [Em linha] Disponível em: <https://besacenter.org/perspectives-papers/saudi-egyptian-tensions-rifts-within-camp-stability-serve-irans-interests/> [Acedido em 8 fevereiro 2017].
- Lippold, W. G., 2005. *Kilombagem*. [Em linha] Disponível em: <http://kilombagem.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/07/o-pensamento-anticolonial-de-frantz-fanon.pdf> [Acedido em 10 fevereiro 2017].
- Lutterbeck, D. e Wohlfeld, M., 2014. *Report on the Regional Conference on the OSCE Code of Conduct on Politico-Military Aspects of Security for the Mediterranean Region*. Malta, Mediterranean Academy of Diplomatic Studies.
- MNE, 2016. *Seminário sobre o Código de Conduta referente a Aspetos Político-Militares de Segurança (17/20 de Outubro, Amã)*, Viena: MNE - REPER junto da OSCE.
- NATO, 2009. *NATO - The Alliance's Strategic Concept*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_27433.htm?selectedLocale=em [Acedido em 15 fevereiro 2017].
- Oberschmidt, R. e Zellner, W., 2013. *IFSH - Institute for Peace Research and Security Policy at the University of Hamburg*. [Em linha] Disponível em: https://ifsh.de/file-CORE/documents/16_working_paper_2.PDF [Acedido em 15 fevereiro 2017].
- OSCE, 1990. *OSCE - Charter of Paris for a New Europe*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/mc/39516> [Acedido em 11 fevereiro 2017].
- OSCE, 1992. *OSCE - The challenges of change*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/mc/39530?download=true> [Acedido em 14 fevereiro 2017].
- OSCE, 2013a. *OSCE - Code of Conduct in Arabic*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/fsc/99938> [Acedido em 12 fevereiro 2017].



- OSCE, 2013b. *OSCE - FSC*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/fsc/104123?download=true> [Acedido em 16 fevereiro 2017].
- OSCE, 2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/cio/128961?download=true> [Acedido em 26 janeiro 2017].
- OSCE, 2016a. *OSCE - History*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/history> [Acedido em 26 janeiro 2017].
- OSCE, 2016b. *OSCE*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/helsinki-final-act?download=true> [Acedido em 25 janeiro 2017].
- OSCE, 2016c. *OSCE*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/fsc/41355?download=true> [Acedido em 12 fevereiro 2017].
- OSCE, 2016d. *OSCE - 40 years of OSCE*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/whatistheosce> [Acedido em 13 fevereiro 2017].
- OSCE, 2016e. *OSCE - Answers to the Code of Conduct Questionnaire*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/fsc/86841> [Acedido em 15 fevereiro 2017].
- OSCE, 2016f. *OSCE - Forum for Security Co-operation*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/forum-for-security-cooperation> [Acedido em 15 fevereiro 2017].
- Oxford Islamic Studies Online, 2017a. *Oxford Islamic Studies Online*. [Em linha] Disponível em: <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2319> [Acedido em 8 Fevereiro 2017].
- Oxford Islamic Studies Online, 2017b. *Takfir*. [Em linha] Disponível em: <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2319> [Acedido em 8 Fevereiro 2017].
- Pinto, E. M., 2014. *Argélia assina contrato milionário com a Rússia*. [Em linha] Disponível em: <http://www.planobrazil.com/argelia-assina-contrato-milionario-com-a-russia/> [Acedido em 19 fevereiro 2017].
- Plessix, C. d., 2011. *Bulletin du Centre de Recherche Français à Jérusalem*. [Em linha] Disponível em: <https://bcfrf.revues.org/6675> [Acedido em 15 fevereiro 2017].
- Portal Brasil, 2017. *Argélia*. [Em linha] Disponível em: http://www.portalbrasil.net/africa_argelia.htm [Acedido em 10 fevereiro 2017].
- Ramalho, J. P., 2002. A OSCE na sua Dimensão Político-Militar. In: I. d. D. Nacional, ed. *Nação e Defesa: Novos Desafios à Segurança Europeia*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 49-76.



- Samaan, J.-L., 2012. *Survival: Global Politics and Strategy: Jordan's New Geopolitics*. [Em linha] Disponível em: <https://www.iiss.org/en/publications/survival/sections/2012-23ab/survival--global-politics-and-strategy-april-may-2012-1b13/54-2-03-samaan-3dc8> [Acedido em 14 fevereiro 2017].
- Sharif, O. A., 2015. *Al Monitor: How will Jordan's pivot to Russia pay off?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/11/jordan-russia-agreement-military-coordination-syria.html> [Acedido em 14 fevereiro 2017].
- Soliman, M., 2016. *The Washington Institute: Sisi's New Approach to Egypt-Israel Relations*. [Em linha] Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/fikraforum/view/sisis-new-approach-to-egypt-israel-relations> [Acedido em 8 fevereiro 2017].
- Sputnik, 2016a. *Sputnik Brasil: Argélia espera por parceria estratégica com a Rússia*. [Em linha] Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201602283695776-argelia-espera-por-parceria-estrategica-com-russia/> [Acedido em 19 fevereiro 2017].
- Sputnik, 2016b. *Sputnik Brasil: Rússia está pronta para cooperar com a Tunísia no combate ao terrorismo*. [Em linha] Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201602033478544-Russia-pronta-para-cooperar-com-Tunisia-na-luta-comtra-terrorismo/> [Acedido em 20 fevereiro 2017].
- Teach Mideast, s.d.. *What is the Middle East: What's In, What's Out?*. [Em linha] Disponível em: <http://teachmideast.org/articles/what-is-the-middle-east/> [Acedido em 26 fevereiro 2017].
- The Guardian, 2015. *Low turnout as Egyptians shun elections designed to shore up Sisi*. [Em linha] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/oct/18/egypt-parliamentary-elections-shore-up-sisi> [Acedido em 21 fevereiro 2017].
- The Jordanian Parliament, 2016. *The Parliament: The Hashemite Kingdom of Jordan*. [Em linha] Disponível em: <http://www.parliament.jo/en/node/145> [Acedido em 21 fevereiro 2017].
- The Knesset, 2008. *The Knesset: Parliamentary Groups*. [Em linha] Disponível em: http://knesset.gov.il/description/eng/eng_work_sia.htm [Acedido em 21 Fevereiro 2017].
- The Times of Israel, 2016. *The Times of Israel: Knesset approves 2017-2018 budget in marathon session*. [Em linha] Disponível em: <http://www.timesofisrael.com/knesset-approves-2017-2018-budget-in-marathon-session/> [Acedido em 21 fevereiro 2017].



- Transparency International, 2015. *Government Defence Anti-Corruption Index 2015*. [Em linha] Disponível em: https://government.defenceindex.org/generate-report.php?country_id=5602 [Acedido em 21 fevereiro 2017].
- UE, 2016a. *Directorate-General for Trade: Jordan*. [Em linha] Disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/jordan/> [Acedido em 14 Fevereiro 2017].
- UE, 2016b. *External Action: Egypt and the EU*. [Em linha] Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/1156/Egypt%20and%20the%20EU[Acedido em 15 fevereiro 2017].
- UE, 2016c. *External action: Israel and the EU*. [Em linha] Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/1337/Israel%20and%20the%20EU [Acedido em 15 fevereiro 2017].
- UE, 2016d. *Parlamento Europeu: Parceiros meridionais*. [Em linha] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_6.5.6.pdf [Acedido em 1 fevereiro 2017].
- Vieira, R. e Rodrigues, T., 2014. *O Conflito da Síria: As Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança*. Pedrouços: IESM.
- Wohlfeld, M., 2014. *IAI - Istituto Affari Internazionali*. [Em linha] Disponível em: <http://www.iai.it/sites/default/files/iai1415.pdf> [Acedido em 1 fevereiro 2017].
- WorldAtlas, 2016a. *Egypt Geography*. [Em linha] Disponível em: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/africa/egypt/egland.htm> [Acedido em 1 fevereiro 2017].
- WorldAtlas, 2016b. *Israel*. [Em linha] Disponível em: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/israel/illand.htm#page> [Acedido em 9 fevereiro 2017].
- Zvi, M., 2016. *The Jerusalem Post: The evolution of Egypt-Israel relations: no longer a terrorist entity*. [Em linha] Disponível em: <http://www.jpost.com/Jerusalem-Report/No-longer-a-terrorist-entity-467203> [Acedido em 8 fevereiro 2017].



Anexo A — Controlo das Forças Armadas

Tabela 3 - Quem deve controlar o quê, como e porquê

Who?	What?	How?	Why?
<p>Constitutionally established authorities vested with democratic legitimacy (§ 21). Specific role of the legislative branch: (§ 22).</p>	<p>Military forces, paramilitary forces, internal security forces, intelligence services and the police (§ 20). First three categories only (§§ 21, 27, 32) . Paramilitary forces (§ 26). Irregular forces (§ 25). "Armed forces" (§§ 22, 23, 28, 30, 31, 34, 35, 36, 37).</p>	<p>Primacy of constitutional civilian power over military power (§§ 21, 22, 23, 24, 25, 26). Subjection of armed forces to international humanitarian law (§§ 29, 30, 31, 34, 35). Respect of the human rights of servicemen (§§ 23, 27, 28, 32, 33). Commensurability of the domestic use of force with the needs for enforcement (§ 36) and prohibition of use of force aimed at restricting the peaceful and lawful exercise of human rights or at depriving people of their individual or collective identity (§ 37).</p>	<p>"An indispensable element of stability and security" as well as "an important expression of democracy" (§ 20).</p>

Fonte: (Ghébali, 2003)



Apêndice A — Corpo de conceitos

Magrebe – neste trabalho é seguido o conceito adotado por Layachi (2011), como sendo a região do Norte de África que inclui a Tunísia, a Líbia, a Argélia e Marrocos.

Sahel – adotado o conceito da Encyclopædia Britannica (2010), como sendo a região entre o deserto do Saara, a Norte, e as savanas húmidas, a Sul. Estende-se do Senegal ao Sudão, passando pela Mauritânia, Mali, Burquina Faso, Niger, Nigéria e Chade.

Médio oriente – adotada a definição mais consensual e que engloba o Irão, a Arábia Saudita, o Iraque, o Kuwait, a Síria, Israel, o Líbano, a Jordânia, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrain, o Qatar, Omã, o Iémen, o Egito e os Territórios Palestínios (Teach Mideast, s.d.).

Irmandade Muçulmana – é um grupo religioso e político fundado na crença de que o Islão não é simplesmente uma religião, mas um modo de vida. Defende um afastamento do secularismo e um retorno às regras do Alcorão como base para famílias, comunidades e Estados saudáveis. Este movimento rejeita oficialmente o uso de meios violentos para garantir seus objetivos. No entanto, ramos do grupo foram, no passado, ligados a ataques e os críticos culpam a Irmandade Muçulmana por causar problemas em outros lugares do Médio Oriente. Muitos consideram-no o precursor do islamismo militante moderno (Jones e Cullinane, 2013).

Hamas – é um movimento político nacionalista-islâmico que opera como um dos dois principais partidos políticos nos territórios palestinos. Fundado em 1987 como um ramo da Irmandade Muçulmana durante a primeira intifada contra Israel, o Hamas tornou-se a principal força da resistência armada palestina e é designado, pelos EUA e pela UE como sendo uma organização terrorista. (Ahmed, 2015).

Hezbollah – significa Partido de Deus em árabe e é uma força política importante do Médio Oriente. Começou por ser um movimento de luta islâmico e agora goza do status de uma das mais influentes organizações militares, políticas e sociais no contexto árabe. Com sede no Líbano, o Hezbollah recebe apoio do Irão, da Síria e de outras nações árabes pelo seu posicionamento anti-israelita, enquanto alguns países ocidentais o consideram uma organização terrorista. (BBC, 2010).



Apêndice B — Breve análise geopolítica da Argélia

1. Quadro Geopolítico de referência

Na Argélia há uma forte implementação de redes criminosas, com ligações à África subsariana e à Europa, envolvidas no tráfico de seres humanos e de armas. Embora também destino, é fundamentalmente um país de trânsito para mulheres sujeitas a trabalho forçado e exploração sexual, e homens sujeitos a trabalho forçado (CIA, s.d.).

Neste país estão particularmente ativas redes de contrabando que se dedicam à emigração ilegal para a Europa, oriunda da região e da África subsariana.

A Argélia possui uma relação instável com o Marrocos, já que não reconhece a administração marroquina do Saara Ocidental. Dada a sua localização estratégica e recursos naturais, fosfato, minério de ferro, areia e pesca, o Saara Ocidental sempre foi uma área disputada e a Argélia tem apoiado a independência do território, o que a coloca em confronto com Marrocos (Hamudi, 2013).

Pela sua importância enquanto produtor de energia, uma boa relação com a Argélia é considerada essencial pela EU. Desde 2005, com o acordo de associação firmado, a Política Europeia de Vizinhança (PEV) vem fomentando a cooperação para melhorar o nível socioeconômico e educacional, combater a corrupção, ampliar os domínios da segurança do país e facilitar a circulação de pessoas nas fronteiras (UE, 2016d).

Os EUA mantêm uma relação estável com a Argélia, procurando firmar acordos de parceria para combater o terrorismo e o extremismo violento, de forma a promover a segurança regional, aumentar a partilha de informações e coordenar programas para desenvolver a capacidade de parceiros regionais (Exame, 2014).

O país mantém boas relações comerciais com a Rússia, inclusive no campo militar, e assinou, em 2014, um contrato de cerca de mil milhões de dólares americanos envolvendo compra e modernização de aeronave (Pinto, 2014). Atualmente vem procurando ampliar essa relação no campo científico, cultural, económico e de combate ao terrorismo (Sputnik, 2016a).

2. Cenário Estratégico base

A Argélia está inserida num território República Argelina Democrática e Popular que ao longo de séculos sofreu influência de inúmeros impérios, como o Fenício, Romano, Bizantino e Otomano.

Em 1830, o Império colonial francês iniciou a ocupação a Argélia, consolidada em 1848, tendo, no entanto, a população nativa mantido a sua matriz muçulmana.

Os *pieds-noirs*, como eram denominados os colonos franceses e seus descendentes criados na Argélia, procederam à colonização e povoamento da Argélia com recurso à expropriação ou compra de terras aos nativos, confinando-os às partes menos produtivas ou desérticas (Lippold, 2005).

No fim do século XIX, grande parte das terras produtivas estavam nas mãos dos colonos, que se dedicavam a vários tipos de cultivos. A população nativa, desprovida de terras férteis, dedicava-se a uma agricultura de subsistência, ou trabalhavam nas terras dos colonos.

Após mais de um século sob o domínio francês, em 1954, um grupo de jovens argelinos, integrantes da Frente de Libertação Nacional (FLN), deram início a luta pela independência. A FLN lutava por um Estado independente, com um sistema social novo, composto por uma mescla de social-democracia e islamismo, com direitos iguais para todos (Portal Brasil, 2017) .

Na primavera europeia de 1962, através de um plebiscito, a maioria dos argelinos votaram pela independência do país. O líder rebelde Ahmed Ben Bella foi o primeiro chefe de Estado da Argélia.



A Constituição, escrita em 1976, foi alterada em 1988 para responder a uma crescente insatisfação da população, instituindo um sistema multipartidário. Porém, esse sistema foi posto em causa quando, em dezembro de 1991, o partido da Frente Islâmica de Salvação (FIS) venceu a primeira volta das eleições e, temendo a vitória de um partido extremista antidemocrático, o Exército impediu a segunda volta (CIA, s.d.).

Vendo negada a possibilidade de chegar ao poder e sendo alvo da repressão do governo, os partidários do FIS procuraram uma solução armada, que rapidamente se transformou numa guerra de insurgência extremamente violenta. De 1992 a 1998 as baixas, dos dois lados, ascenderam a mais de 100.000 mortes. A vitória do presidente Abdelaziz Bouteflika, em 1999, pôs fim ao conflito e consolidou a posição do partido do governo (CIA, s.d.).

Estabilizada a situação, o parlamento da Argélia aprovou, em 2016, reformas constitucionais, como a limitação de mandatos presidenciais. Embora o país não tenha sido diretamente atingido pela Primavera Árabe, esta evolução não pode deixar de lhe estar associada, pois resulta precisamente de promessas governamentais que visaram responder a anseios da população e impedir os efeitos perniciosos desse movimento (Conceição, 2016).

A Argélia tem um Parlamento com 462 Deputados e 144 Senadores (DN, 2016). A sua constituição atribui ao Parlamento competências na área do orçamento de defesa, mas a ligação ao presidente é ainda muito forte (CIA, s.d.).

O orçamento para as Forças Armadas Argelinas tem-se mantido, nos últimos anos, em cerca de 4,5% do Produto Interno Bruto e deve situar-se em 5% até 2020 (AAPSO, 2014).

3. Estudo dos fatores geopolíticos e geoestratégicos

3.1. Fator Físico

3.1.1. Localização

A Argélia situa-se no Norte da África, tem um total de 6.342 km de fronteiras, com Tunísia, Líbia, Nigéria, Mali, Mauritânia, Saara Ocidental, Marrocos e Mar Mediterrâneo. Em relação ao Mediterrâneo, está localizado entre o Marrocos e a Tunísia.

3.1.2. Dimensão

Tem uma área total de 2.381.741 km² e 80% são áreas desérticas.

3.1.3. Aspetos mais relevantes

Possui um clima predominante árido subtropical e mediterrâneo no litoral, com temperaturas variando de 9° a 30°. Caracteriza-se por possuir extensos e altos planaltos e desertos, algumas montanhas e uma planície costeira estreita e descontínua.

3.2. Fator humano

3.2.1. Demografia

De acordo com o censo de 2016, sua população total é de 40.263.711.

Nos primeiros dois terços do século XX a alta taxa de fertilidade da Argélia fez com que sua população crescesse rapidamente. No entanto, após a independência da França, a taxa de fecundidade total caiu drasticamente de 7 filhos por mulher na década de 1970 para cerca de 2,4 em 2000, retardando a taxa de crescimento da população da Argélia no final dos anos 1980.

Os principais motivos da redução do crescimento populacional estão associados ao aumento da idade das mulheres no primeiro casamento e a opção por famílias menores, consequência de uma elevada taxa de desemprego, elevados custos com educação e escassez de habitação (CIA, s.d.).

3.2.2. Etnografia

Embora quase todos os argelinos sejam berberes de origem (não árabes), cerca de



15% não o são e habitam principalmente na região montanhosa de Kabylie, a leste de Argel. Os berberes são muçulmanos, mas identificam-se com sua herança cultural berbere e não árabe, demonstrando frequentemente insatisfação pela falta de autonomia do seu povo, por vezes de forma violenta

A religião predominante é a muçulmana, cerca de 99%, subsistindo outras religiões, mas de forma residual, como a cristã.

3.3. Recursos naturais

3.3.1. Minerais

Os hidrocarbonetos são a base da economia, representando cerca de 60% das receitas e mais de 95% das exportações. A Argélia tem a décima maior reserva de gás natural do mundo e é a sexta maior exportadora de gás. Em termos de petróleo tem a décima sexta maior reserva.

3.3.2. Energéticos

A Argélia é autossuficiente em energia elétrica, com uma exportação cerca de 30% superior a importação. Apresenta uma balança positiva em termos de crude, produtos refinados de petróleo e gás natural.

3.3.3. Alimentares

Possui 17,3% das terras do país produtivas para agricultura, porém apenas 3,1% arável, 0,4% de colheita permanente e 13,8% de pasto permanente. A área irrigada chega a 5.700 km².

3.4. Fator de circulação

3.4.1. Sistema rodoviário

Possui 113.655 Km de rodovias pavimentadas, incluindo 655 km de vias expressas, e 26.050 km não pavimentadas.

3.4.2. Sistema ferroviário

Total de 3.973 km de linhas ferroviárias.

3.4.3. Sistema marítimo

Possui nove portos marítimos e três terminais exportadores de petróleo.

3.4.4. Sistema aéreo

Dispõe de 157 aeroportos, sendo 93 pavimentados, e três heliportos.

3.4.5. Sistemas de condutas

Em pipelines tem⁸:

- *condensate*: 2.600 km;
- *gas*: 16.415 km;
- *liquid petroleum gas*: 3.447 km;
- *oil*: 7.036 km;
- *refined products*: 144 km

3.5. Fator tecnológico

38,2% da população utiliza a internet.

As emissoras de rádio e de televisão são estatais, transmitindo programação em árabe, francês e dialeto berbere. A ampla utilização de antenas parabólicas proporciona acesso fácil às transmissões europeias e árabes.

O número de subscrições de telemóveis é superior ao da população (CIA, s.d.).

⁸ Mantidas as designações em inglês pois em linguagem específica da área petrolífera alguns podem perder o sentido numa tradução literal



Apêndice C — Breve análise geopolítica do Egito

1. Quadro Geopolítico de referência

O Egito localiza-se na confluência de três regiões problemáticas, o Médio Oriente, o Sahel e o Magrebe. Assim sendo, as tensões existentes por questões energéticas, religiosas, sociais e étnicas não podem deixar de se refletir neste país. Atrai ainda a atenção das principais potências, pois controla um dos mais importantes pontos de passagem obrigatória das principais rotas comerciais, o Canal do Suez.

Por outro lado, na atual conjuntura, a sua localização é ainda importante no balanceamento de movimentos radicais islâmicos, entre o Médio Oriente, África e Europa, e no apoio à Faixa de Gaza.

A relação com a UE é considerada excelente, afirmando esta União que apoia o povo egípcio nos seus esforços de consolidação da democracia, tendo disponibilizado um apoio financeiro superior a mil milhões de euros (UE, 2016b).

O Egito tem algumas disputas territoriais latentes com o RAS, pelas ilhas Tiran e Sanafir, e com o Sudão, na região de Halaib, no Sudeste.

Em termos de segurança assume ter dificuldades no controlo da fronteira com a faixa de Gaza e tem problemas de controlo do tráfico humano e de drogas. (CIA, s.d.)

Subsiste uma tensão com a Turquia, desde que este Estado recebeu e protegeu a Irmandade Muçulmana egípcia, tendo inclusive o Egito, manifestado disponibilidade para conferir asilo a Fethullah Gulen, considerado pelo regime turco o responsável pelas tentativas de desestabilização do país. O RAS tem tentado servir de mediador, até para reforçar o seu papel de agregador do mundo sunita (Hawthorne, 2016).

As relações com Israel estão num nível impensável, quando comparado com o passado recente, tendo inclusivamente o ministro dos negócios estrangeiros egípcio, declarado que Israel não pode ser considerado um Estado terrorista (Zvi, 2016). Desde que o General Sisi assumiu a chefia do governo, Israel tem sido incansável na promoção do seu governo e no enaltecimento da nova situação política, tendo inclusive sido estabelecido um acordo inédito que permitiu ao Egito combater grupos Takfir⁹, no Sinai, com armas pesadas, carros de combate e meios aéreos (Soliman, 2016).

Não existe qualquer tensão com os EUA e as relações com a Rússia são fortes e têm vindo a melhorar, fruto da partilha de visão quanto à questão síria e ao posicionamento saudita, com quem subsistem boas relações, mas ensombradas pela questão do Iémen¹⁰ (Lerman, 2016).

2. Cenário estratégico base

Como Estado unificado o Egito remonta ao século 3200 a.C.. Cerca de 3.000 anos depois caiu sob domínio persa e foi sendo conquistado por vários impérios até que, no século VII, os árabes introduziram o Islão e a língua árabe, governando até ao século XIII. Cerca de 1250 d.C., uma casta militar, os Mamelucos, conquistaram o poder no Egito, que mantiveram, mesmo durante o império Otomano e até ao século XIX. O Reino Unido (RU) assumiu o controlo do Egito assim que se concluiu o Canal do Suez, pois a sua importância estratégica tinha aumentado significativamente. A ligação formal ao império Otomano terminou em 1914.

Num processo que se iniciou em 1922, o Egito viu reconhecida a sua independência em 1952. Nos anos seguintes este país teve um crescimento demográfico muito acentuado e o excesso de população rapidamente provocou uma insustentável pressão sobre os

⁹ Takfir significa hoje em dia violência sancionada contra líderes de Estados islâmicos que sejam considerados pouco religiosos (Oxford Islamic Studies Online, 2017b).

¹⁰ O RAS pretendia o apoio militar egípcio, que não teve.



limitados recursos. As inerentes e inevitáveis tensões sociais rapidamente passaram, assim, a ser o principal problema dos governantes.

É nesta conjuntura que o Egito é literalmente apanhado pela designada “primavera árabe” e, com tais fragilidades, não resiste. O presidente Hosni Mubarak é deposto e os militares assumem o poder. Mohammed Morsi vence as eleições e a Irmandade Muçulmana instala-se no poder. Em 2013, no seguimento de violentos protestos, os militares depõem Morsi e a Irmandade Muçulmana, assumindo interinamente o cargo Adly Mansour. Nas eleições de 2014, foi eleito o atual presidente, Abdel Fattah el Sisi.

O Egito tem um Parlamento com 596 representantes (The Guardian, 2015). A sua constituição atribui ao Parlamento competências na área do orçamento de defesa, mas a prática ainda diverge da letra da lei (Hassan, 2015).

O orçamento para as FFAA egípcias tem-se mantido, nos últimos anos, em cerca de 1,7% do PIB (CIA, s.d.).

3. Estudo dos fatores geopolíticos e geoestratégicos

3.1. Fator físico

3.1.1. Localização

O Egito situa-se no Norte de África. Tem fronteiras terrestres com a Líbia a Oeste, com o Sudão a Sul e com Israel e a Faixa de Gaza a Nordeste. É delimitado a Norte pelo Mar Mediterrâneo e a Leste pelo Mar Vermelho (CIA, s.d.).

3.1.2. Dimensão

Tem uma área total de 1.001.450 Km², sendo 995.450 Km² de terra, com 2.612 Km de fronteiras terrestres, 13 km com a Faixa de Gaza, 208 km com Israel, 1.115 km com a Líbia e 1.276 km com o Sudão. Tem uma linha de costa de 2.450 Km e é o 30.º maior país do mundo (CIA, s.d.).

3.1.3. Aspetos mais relevantes

Tem um clima deserto. Caracteriza-se por uma planície desértica interrompida pelo vale e delta do Rio Nilo e a sua cota mais elevada, 2.629 m, é o Monte de Santa Catarina, na península do Sinai. A Leste tem o deserto do Sinai, que inclui o famoso deserto Azul, e a Oeste o deserto Líbio. A Sudoeste existe um *plateau* com uma cota perto dos 2.000 m e a Sueste a cadeia montanhosa do Mar Vermelho que se estende da Etiópia ao Sudão. No Sul tem o seu maior lago, que é artificial, o lago Nassar.

O Egito tem duas divisões naturais no sentido Norte Sul, o rio Nilo e o Mar Vermelho/Canal do Suez (WorldAtlas, 2016a).

3.2. Fator humano

3.2.1. Demografia

De acordo com o censo realizado em 2016 a sua população é de 94.666.993 habitantes, sendo o 16.º país mais populoso do mundo. Aproximadamente 95% desta população vive em redor do rio Nilo e do seu delta, sendo a restante área inabitada ou com população dispersa. É o país mais populoso do mundo árabe e o terceiro mais populoso de África.

O seu rápido crescimento populacional, 46% em vinte anos, entre 1994 e 2014, veio sobrecarregar os limitados recursos do país e levantar graves questões sociais, como a educação, a saúde ou o emprego.

As mulheres continuam sem grandes oportunidades de educação e emprego, estando afastadas da vida política e sendo alvo de violência generalizada, como a mutilação genital.

Existe um forte movimento de emigração, fruto da escassez de recursos e oportunidades, fomentado até pelas autoridades para, por outro lado, a economia dinamizar com as remessas dos emigrantes. No entanto e paralelamente, tem uma das maiores populações de refugiados em centros urbanos de todo o mundo, pois tem com o Ocidente



um programa de realojamento que funciona como atrativo (CIA, s.d.)

3.2.2. Etnografia

Da sua população, 99,6% são egípcios e a língua oficial é o árabe. A religião predominante é a muçulmana, maioritariamente sunita, correspondendo a cerca de 90% da sua população. Os restantes, cerca de 10%, são maioritariamente cristãos coptas ortodoxos, embora existam outras confissões como arménios apostólicos, católicos, maronitas, ortodoxos e anglicanos (CIA, s.d.).

3.3. Fator recursos naturais

3.3.1. Minerais

Entre outros, existem no Egito reservas de petróleo, gás natural, ferro, fosfatos e manganês (CIA, s.d.).

3.3.2. Energéticos

O país é autossuficiente em energia elétrica, exportando cerca de seis vezes o valor da importação. Apresenta uma balança igualmente positiva em termos de crude, mas significativamente negativa entre a importação e a exportação de produtos refinados do petróleo. Em 2014 foi autossuficiente em gás natural, chegando mesmo a exportar (CIA, s.d.).

De referir que, em 2015, a sua produção de petróleo foi 0,8% da produção mundial e a de gás natural 1,3%, representando as reservas de petróleo, cerca de 0,2% das reservas mundiais e as de gás natural, cerca de 1% (BP, 2016).

3.3.3. Alimentares

Apenas 3,6% da área do país é produtiva em termos de agricultura, sendo 2,8% arável, mas somente 0,8% de colheita permanente, não existindo área de pasto permanente. A área irrigada não ultrapassa os 36.500 Km² (CIA, s.d.).

3.4. Fator circulação

3.4.1. Sistema rodoviário

As rodovias têm uma extensão de 137.430 Km, sendo pavimentados 126.742 Km (CIA, s.d.).

3.4.2. Sistema ferroviário

Tem 5.085 km de linha ferroviária (CIA, s.d.).

3.4.3. Sistema marítimo

Possui cinco portos marítimos, quatro no mar Mediterrâneo e um no golfo do Suez, bem como dois terminais petrolíferos (CIA, s.d.).

3.4.4. Sistema aéreo

Está provido com cerca de 83 aeroportos, 72 dos quais com pista pavimentada. Destes, 15 têm uma pista com comprimento superior a 3.047m, 36 com comprimento entre 2.438m e 3.047m, 15 entre os 1.524m e os 2.437m e os restantes 6 abaixo dos 914m (CIA, s.d.).

3.4.5. Sistema de condutas

Em *pipelines* tem:

- *Condensate*: 486 km;
- *condensate/gas*: 74 km;
- *gas*: 7.986 km;
- *liquid petroleum gas*: 957 km;
- *oil*: 5.225 km;
- *oil/gas/water*: 37 km;
- *refined products*: 895 km;
- *water*: 65 km

Possui ainda cerca de 3.500 Km de vias navegáveis. (CIA, s.d.)



3.5. Fator Tecnológico

A internet é utilizada por cerca de 35.9% da população.

Embora só existam dois canais de televisão nacionais e seis regionais, estão disponíveis outras opções via satélite, mas eminentemente árabes.

O número de subscrições de telemóveis é igual, ou por vezes até superior, ao da sua população. (CIA, s.d.)



Apêndice D — Breve análise geopolítica de Israel

1. Quadro Geopolítico de referência

Israel encontra-se inserido no coração do mundo árabe e os conflitos com os seus vizinhos precederam mesmo o seu reconhecimento como Estado pela ONU. As guerras com os países vizinhos têm sido uma constante na sua história, mas, simultaneamente, um poderoso fator aglutinador que permite que, mesmo com diferentes correntes ideológicas, a segurança do Estado esteja sempre em primeiro plano.

A sua estreita e privilegiada ligação aos EUA tem sido fundamental, uma vez que, por exemplo, lhe permite dispor de enorme vantagem tecnológica, militar e não só, sobre os Estados que o circundam. Por outro lado, tem permitido bloquear no Conselho de Segurança da ONU, votações desfavoráveis a Israel¹¹.

Com a Rússia as relações também atravessam um excelente momento, tendo o Kremlin, no final de 2016, emitido um comunicado onde se lê “*The two leaders exchanged greetings on the occasion of the 25th anniversary [October 18] of the restoration of diplomatic relations between Russia and Israel, and emphasized their interest in further developing multifaceted bilateral cooperation. They also discussed urgent international and regional issues*” (Keinon, 2016) e o presidente russo referiu que “*We are satisfied with our constructive partnership with Israel. Relations between our states have reached a high level*” (Borshchevskaya, 2016).

A UE considera que partilha com Israel uma longa história, marcada por interdependência e cooperação, reforçada por inúmeros acordos que deram mesmo origem, no plano de ação estabelecido no âmbito da *European Neighbourhood Policy*, à criação de dez subcomités que reúnem frequentemente para discussão de prioridades e pontos de vista (UE, 2016c). No entanto esta relação é vista como ambígua e, do lado israelita, é muitas vezes percecionada como hostil em termos políticos (Plessix, 2011).

2. Cenário estratégico base

Embora contra a vontade dos árabes, o Estado de Israel foi criado em 1948. As guerras com os países vizinhos e com os palestinos começaram nessa mesma data. Uma sucessão de conflitos, sempre vencidos pelos israelitas, levou a que, em 1967, na sequência da denominada Guerra dos Seis Dias e em face de constantes e persistentes, ataques e ameaças, Israel alargasse as suas fronteiras¹² (CIA, s.d.).

Inicialmente pela recusa em aceitar o Estado de Israel, ou seja, a solução dos dois Estados¹³, e posteriormente pela posição inegociável dos palestinos em aceitar outras fronteiras que não as anteriores a 1967, tem sido impossível obter um acordo de paz¹⁴ (BBC Brasil, 2015).

Tecnicamente o Estado de Israel mantém-se em guerra com a Síria, que exige a devolução dos Montes Golan. Tem um conflito permanente com o Hamas na Faixa de Gaza, a Sudoeste, e com o Hezbollah na fronteira com o Líbano, a Norte. A eleição do Hamas para a presidência do Conselho Legislativo Palestino veio complicar ainda mais as negociações e tornar mais difícil a obtenção de uma solução.

¹¹ Esta tradição foi, num ato inédito, quebrada pela administração Obama quando, em Dezembro de 2016, no final da sua legislatura, se absteve e permitiu uma resolução que condena Israel (Beaumont, 2016).

¹² Em dois acordos de paz, independentes, foram resolvidas as questões territoriais com o Egito e a Jordânia, e abandonada a Faixa de Gaza.

¹³ Em 1993, nos Acordos de Oslo, as duas partes assinaram uma *declaração de princípio* consagrando a solução dos dois Estados. Com avanços e recuos o facto é que esta solução nunca foi implementada (CIA, s.d.).

¹⁴ De salientar que, considerando as fronteiras anteriores a 1967, Jerusalém Oriental ficaria em território palestino (BBC Brasil, 2015).



Na região o Estado de Israel encontra-se isolado e rodeado de Estados que, sem esforço, podem ser considerados seus inimigos. No entanto, as relações com a Jordânia são, no mínimo, cordiais e com o novo governo egípcio nunca estiveram num nível tão bom, tendo inclusivamente o ministro dos negócios estrangeiros egípcio declarado que Israel não pode ser considerado um Estado terrorista (Zvi, 2016). Desde que o General Sisi assumiu a chefia do governo, Israel tem sido incansável na promoção do seu governo e enaltecimento da nova situação política, tendo inclusive sido estabelecido um acordo inédito que permitiu ao Egito combater grupos Takfir¹⁵, no Sinai, com armas pesadas, carros de combate e meios aéreos (Soliman, 2016).

Israel tem o sistema baseado na separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, e o seu Parlamento é constituído por 120 representantes (The Knesset, 2008).

O orçamento para as FFAA Israelitas¹⁶ tem-se mantido, nos últimos anos, sempre acima de 5,5% do PIB (CIA, s.d.).

3. Estudo dos fatores geopolíticos e geoestratégicos

3.1. Fator físico

3.1.1. Localização

Israel situa-se no Médio Oriente. Tem fronteiras terrestres com a Faixa de Gaza a Sudoeste, com o Egito e o Golfo de Aqaba a Sul, com a Jordânia, a Cisjordânia e a Síria a Leste, e com o Líbano a Norte. A Oeste é delimitado pelo Mar Mediterrâneo (WorldAtlas, 2016b).

3.1.2. Dimensão

Tem uma área total de 20.770 Km², sendo 20.330 Km² de terra, com 1.068 Km de fronteiras terrestres, 59 km com a Faixa de Gaza, 208 km com o Egito, 307 km com a Jordânia, 81 Km com o Líbano, 83 km com a Síria e 330 km com a Cisjordânia. Tem uma linha de costa de 273 Km (CIA, s.d.).

3.1.3. Aspetos mais relevantes

Tem um clima temperado, quente e seco nas áreas desérticas do Sul e Este. Caracteriza-se por ter quatro áreas geográficas distintas, uma baixa planície costeira, o deserto do Negev a Sul, duas cadeias montanhosas ao centro e Norte, e o profundo vale do Rio Jordão a Este, ligando o Mar da Galileia ao Mar Morto. A sua cota mais elevada é de 1.208 m e a mais baixa de 408m abaixo do nível do mar (WorldAtlas, 2016b).

3.2. Fator humano

3.2.1. Demografia

De acordo com o censo realizado em 2016 a sua população é de 8.174.527, incluindo as populações dos Montes Golan e de Jerusalém Este (CIA, s.d.).

3.2.2. Etnografia

Da sua população 74,8% são judeus e os restantes 25,2% são maioritariamente árabes. A língua oficial é o hebreu, sendo o árabe usado oficialmente por essa minoria. A religião predominante é a judia, sendo as restantes a muçulmana, professada por cerca de 17,6% da população, a cristã, por cerca de 2%, e drusa, por cerca de 1,6%, entre outras.

3.3. Fator recursos naturais

3.3.1. Minerais

Cobre, rocha fosfática, magnésio e brometo (CIA, s.d.).

3.3.2. Energéticos

O país é quase autossuficiente em energia elétrica. Apresenta uma balança comercial negativa em termos de crude, mas positiva entre a importação e a exportação de produtos

¹⁵ Takfir significa hoje em dia violência sancionada contra líderes de Estados islâmicos que sejam considerados pouco religiosos (Oxford Islamic Studies Online, 2017a).

¹⁶ O orçamento é aprovado pelo parlamento, o Knesset (The Times of Israel, 2016).



refinados do petróleo. Em 2014 foi praticamente autossuficiente em gás natural (CIA, s.d.). As suas reservas de gás natural que constituem 0,1% das reservas mundiais (BP, 2016).

3.3.3. Alimentares

Em termos de agricultura 23,8% da área do país é produtiva, sendo 13,7% arável, com 3,8% de colheita permanente e 3,8% de pasto permanente. A área irrigada é de 2.250 Km² (CIA, s.d.).

3.4. Fator circulação

3.4.1. Sistema rodoviário

As rodovias são pavimentadas e têm uma extensão de 18.566 Km, sendo que 449 Km são autoestradas (CIA, s.d.).

3.4.2. Sistema ferroviário

Tem 1.250 km de linha ferroviária (CIA, s.d.).

3.4.3. Sistema marítimo

Tem quatro portos marítimos, dois deles terminais de contentores (CIA, s.d.).

3.4.4. Sistema aéreo

Tem 3 heliportos e 47 aeroportos, 29 dos quais com pista pavimentada. Destes, 2 têm uma pista com comprimento superior a 3.047m, 5 com comprimento entre 2.438m e 3.047m, 6 entre os 1.524m e os 2.437m e os restantes 5 abaixo dos 914m (CIA, s.d.).

3.4.5. Sistema de condutas

Em *pipelines* tem:

- Gás: 763 km;
- Petróleo: 442 km;
- Produtos refinados: 261 km;

3.5. Fator tecnológico

78,9% da população utiliza a internet.

Estão disponíveis dois canais de televisão estatais, um em hebraico e outro em árabe, e cinco comerciais.

O número de subscrições de telemóveis é superior ao da população (CIA, s.d.)



Apêndice E — Breve análise geopolítica da Jordânia

1. Quadro Geopolítico de referência

A Jordânia encontra-se inserida numa região extremamente conturbada, o Médio Oriente, e tem conseguido garantir a paz no seu território através do estabelecimento e manutenção de boas relações com os países vizinhos e as principais potências.

As relações da Jordânia com os EUA sempre foram excelentes, levando mesmo o Departamento de Estado Americano a referir que “*the United States deeply values its long history of cooperation and friendship with Jordan*” e, sobre a Cisjordânia, que considera ser “*territory occupied by Israel*” (DoS, 2014).

Por outro lado, sendo a Jordânia um país sem grande profundidade e com uma população multiétnica, está particularmente exposta a conflitos ou vazios de poder que ocorram na sua vizinhança (Samaan, 2012), daí que tente sempre mediar conflitos e estabelecer acordos que a protejam.

Nesta senda e embora seja reconhecidamente um aliado dos EUA, em 2015 os ministros dos negócios estrangeiros russo e jordano, anunciaram um acordo que, sobre a situação na Síria, estabelecia estreitos canais de coordenação entre os dois países. Este acordo incluía, ao nível militar, a coordenação de ações aéreas em território sírio. De salientar que a situação síria tem, junto à fronteira com a Jordânia, estado calma, facto a que não é alheio o apoio e controlo exercido sobre o *Exército da Síria Livre*¹⁷, principal grupo a atuar nessa região e que serve de tampão a uma eventual incursão de outros grupos extremistas em território jordano (Sharif, 2015).

Também com a UE, o principal parceiro económico da Jordânia, as relações são excelentes e, prova disso, em 2002 estabeleceram um Acordo de Comércio Livre, em 2007 um acordo específico para o sector agrícola e em 2011 um protocolo de resolução de disputas resultantes das relações comerciais (UE, 2016a).

Por outro lado, a sua relação com Israel atingiu o seu ponto mais alto, tendo sido estabelecido um acordo de fornecimento de gás israelita à Jordânia (Herrera, 2016) e passado a ser permitido que investidores israelitas possam ser proprietários de terras na Jordânia (Amer, 2016).

2. Cenário estratégico base

Após a dissolução do Império Otomano a região que é hoje a Jordânia ficou sob administração britânica, com mandato da Sociedade das Nações, obtendo a sua independência em 1946 e adotando a designação de *Reino Haxemita da Jordânia*.

Em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, a Jordânia viu Israel anexar a Cisjordânia. Em 1988 abandonou a sua pretensão de reaver este território e, em 1994, assinou um tratado de paz com Israel que tem permitido uma relativa tranquilidade, numa zona do globo extremamente instável e apesar da significativa população palestina que tem (CIA, s.d.).

Dada a extensão do seu território, as características dos países vizinhos e a sua grande dependência externa, principalmente em petróleo e água, o seu sucesso deve-se fundamentalmente, em termos externos, à capacidade diplomática dos seus governantes que conseguem estabelecer boas relações com os países vizinhos e, em termos internos, à sua habilidade para gerir fortes tensões, resultantes da quantidade de migrantes e de refugiados, principalmente palestinos, e da facção jordana da Irmandade Muçulmana (Samaan, 2012).

A Jordânia tem o sistema baseado na separação dos poderes executivo, legislativo e

¹⁷ O Exército da Síria Livre é um dos muitos movimentos rebeldes de oposição ao regime sírio (Vieira e Rodrigues, 2014).



judicial, e a sua Assembleia Nacional dividida em duas Casas, a do Senado, nomeada pelo Rei¹⁸, e a dos Representantes, eleita pelo povo, com 120 lugares (The Jordanian Parliament, 2016).

O orçamento de defesa é discutido no Parlamento e publicado, procedimento pouco comum na região, embora haja ainda algum caminho a percorrer no sentido de uma maior intervenção parlamentar (Transparency International, 2015). O orçamento para as FFAA Jordanas tem-se mantido, nos últimos anos, em cerca de 4,6% do PIB (CIA, s.d.).

3. Estudo dos fatores geopolíticos e geoestratégicos

3.1. Fator físico

3.1.1. Localização

A Jordânia situa-se no Médio Oriente. Tem fronteiras terrestres com Israel e a Cisjordânia a Oeste, o Iraque a Leste, o RAS a Leste e Sul e a Síria a Norte. Tem, a Sul, uma pequena linha de costa no Golfo de Aqaba (CIA, s.d.).

3.1.2. Dimensão

Tem uma área total de 89.342 Km², sendo 88.802 Km² de terra, com 1.744 Km de fronteiras terrestres, 179 km com o Iraque, 307 km com Israel, 731 km com o RAS, 379 Km com a Síria e 148 km com a Cisjordânia. Tem uma linha de costa de 26 Km (CIA, s.d.).

3.1.3. Aspetos mais relevantes

Tem um clima de deserto árido com uma estação de chuvas no Oeste, de novembro a abril. Caracteriza-se por ter um deserto a Leste e uma região montanhosa a Oeste, com um desfiladeiro a separar as duas margens do rio Jordão. A sua cota mais elevada é de 1.854 m e a mais baixa de 408m abaixo do nível do mar (CIA, s.d.).

3.2. Fator humano

3.2.1. Demografia

A sua população é de 8.185.384, embora seja, atualmente, um número variável e provavelmente superior dada a entrada de refugiados sírios (CIA, s.d.).

3.2.2. Etnografia

Da sua população 98% são árabes, 1% são circassianos e 1% arménios. A língua oficial é o árabe. A religião oficial é a muçulmana, predominantemente sunita, professada por cerca de 97,2%. Existem cerca de 2% de cristãos, maioritariamente ortodoxos.

3.3. Fator recursos naturais

3.3.1. Minerais

Fosfatos, potassa e petróleo de xisto (CIA, s.d.).

3.3.2. Energéticos

O país importa energia elétrica. Apresenta uma balança comercial negativa em termos de crude, de produtos refinados do petróleo e de gás natural (CIA, s.d.).

3.3.3. Alimentares

Em termos de agricultura 11,4% da área do país é produtiva, sendo 2% arável, com apenas 1% de colheita permanente e 8,4% de pasto permanente. A área irrigada é de 964 Km².

Tem problemas de escassez de água (CIA, s.d.).

3.4. Fator circulação

3.4.1. Sistema rodoviário

As rodovias são pavimentadas e têm uma extensão de 7.203 Km (CIA, s.d.).

3.4.2. Sistema ferroviário

Tem 507 km de linha ferroviária (CIA, s.d.).

¹⁸ De constituição variável, mas que não pode exceder metade do número de eleitos para a Casa de Representantes (The Jordanian Parliament, 2016).



3.4.3. Sistema marítimo

Tem um porto marítimo (CIA, s.d.).

3.4.4. Sistema aéreo

Tem um heliporto e 18 aeroportos, 16 dos quais com pista pavimentada. Destes, 8 têm uma pista com comprimento superior a 3.047m, 5 com comprimento entre 2.438m e 3.047m, 2 entre 1.524m e 2.437m e 1 entre 914m e 1.524m (CIA, s.d.).

3.4.5. Sistema de condutas

Tem 473 Km em *pipelines* de gás.

3.5. Fator tecnológico

53.4% da população utiliza a internet.

Estão disponíveis quatro canais de televisão estatais, um canal independente e canais internacionais via satélite.

O número de subscrições de telemóveis é superior ao da população (CIA, s.d.).



Apêndice F — Breve análise geopolítica de Marrocos

1. Quadro Geopolítico de referência

Marrocos está localizado no Magrebe, situando-se na costa ocidental do Norte de África, possuindo traços culturais de múltiplas proveniências, influenciando também outros países da região.

Após consolidada a sua independência, grupos nacionalistas passaram a reivindicar o prolongamento das fronteiras a leste, que chamavam “Grande Marrocos”, uma área superior a 2 milhões de quilómetros quadrados, rica em recursos minerais. O governo marroquino tem conseguido cumprir parte da ambiciosa reivindicação e conseguiu alargar o seu controlo administrativo a cerca de 80% do Saara Ocidental. No entanto, a ONU não reconhece Marrocos como potência administradora do Saara Ocidental (CIA, s.d.).

Situa-se na rota da emigração ilegal para Espanha, proveniente do Norte de África. A sua fronteira com a Argélia continua a ser um fator de instabilidade entre os dois países, com acusações mútuas de apoio a terroristas e contrabandistas. As reivindicações da Frente Nacional de Libertação, partido político da Argélia, sobre as pastagens de Chirac no sudeste de Marrocos é uma disputa latente (CIA, s.d.).

Este país é um dos maiores produtores mundiais de haxixe, sendo a Europa Ocidental o seu principal destino. O país é considerado ponto de passagem da cocaína proveniente da América do Sul, destinada à Europa Ocidental, sendo um importante consumidor de canábis.

A UE mantém uma ampla parceria com Marrocos. Está em vigor um acordo de associação e um plano de ação no âmbito da PEV, que reflete a cooperação para reformas políticas e económicas, além de tentar mitigar os problemas relacionados com a migração. Foi o primeiro país a encetar negociações para o estabelecimento de procedimentos de agilização do processo de obtenção de vistos e criação de uma zona de comércio livre (UE, 2016d).

O país possui um acordo de comércio livre com os EUA desde 2006, que é parte integrante da estratégia global da sua economia, constituindo uma excecional oportunidade para os exportadores marroquinos (Icex, 2017).

Inconformado com a pouca assertividade dos países ocidentais, particularmente, UE e EUA, o Rei de Marrocos iniciou uma aproximação diplomática à China e à Rússia, afirmando que a mudança de estratégia diplomática não afetará os compromissos já firmados, mas a busca de uma solução definitiva para as questões envolvendo o Saara Ocidental (Africa21, 2016).

2. Cenário estratégico base

A invasão árabe no século VII foi o acontecimento mais importante da história da África setentrional em virtude da incorporação, no Magrebe, de fundamentos religiosos, políticos e culturais do Islão. Após 63 anos de resistência berbere, a conquista completou-se no ano 709. Dois anos depois, os árabes contaram com a ajuda dos berberes islamizados para conquistar a península ibérica.

Em 788, cerca de um século após o início da conquista árabe do norte da África, uma série de dinastias muçulmanas marroquinas começou a governar em Marrocos. No século XVI, a monarquia Sa'adi, particularmente sob Ahmad Al-Mansur (1578-1603), repeliu invasores estrangeiros e inaugurou uma idade de ouro. A dinastia Alaouite, a que pertence a atual família real marroquina, data do século XVII (CIA, s.d.).

Em 1830, a invasão francesa da Argélia levou Marrocos a envolver-se nas lutas contra o crescente domínio europeu. Dessa forma o país optou por prestar apoio militar aos argelinos, mas foram derrotados pelas forças francesas. Mais tarde, já em 1859, uma



disputa com Espanha pelas fronteiras do enclave de Ceuta resultou numa derrota das forças marroquinas.

Os interesses franceses e espanhóis foram reconhecidos pelo Reino Unido em 1904 e a Conferência Internacional de Algeciras, de 1906, ratificou a preponderância de França e de Espanha sobre Marrocos, sendo estabelecido o protetorado em 1912.

Em 1921 teve início uma insurreição nos terrenos ocupados pelos espanhóis, porém sem sucesso. Apenas em 1943 surgiu no protetorado francês um partido separatista, com o apoio do sultão Mohamed ben Yusuf (Mohamed V).

Uma prolongada luta de independência e a preocupação com a rebelião argelina, levou a França a reconhecer a soberania de Marrocos, em 1956, levando Espanha a renunciar aos territórios do seu protetorado. Marrocos adotou então um regime de monarquia constitucional, com Mohamed V no trono.

3. Estudo dos fatores geopolíticos e geoestratégicos

3.1. Fator físico

3.1.1. Localização

Localizado na região do Magrebe, norte de África, tem um total de 2.363 km de fronteiras terrestres, com a Argélia, Saara Ocidental e Espanha. É limitado também pelo Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo.

3.1.2. Dimensão

Possui uma área total de 446.550 km², sendo o 58.º país do mundo.

3.1.3. Aspectos mais relevantes

Possui um clima mediterrânico, uma área montanhosa ao norte e no seu interior, extensos planaltos e vales e planícies costeiras férteis.

3.2. Fator humano

3.2.1. Demografia

Marrocos apresenta uma reduzida taxa de crescimento da sua população. A taxa de mortalidade infantil foi reduzida pela melhoria dos cuidados de saúde, nutrição, higiene e vacinação, embora persistam disparidades entre as zonas urbanas e rurais e as famílias ricas e pobres (CIA, s.d.).

Os jovens adultos (com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos) representam quase 26% da população total. Atualmente muitos jovens estão desempregados porque a taxa de criação de emprego não acompanhou o ritmo do crescimento da sua população em idade ativa. A maioria dos jovens que trabalham têm empregos sem segurança e com poucos ou nenhuns benefícios (CIA, s.d.).

3.2.2. Etnografia

A sua população é formada por 99% de berberes. A religião predominante é a muçulmana, cerca de 99%, subsistindo outras religiões, mas de forma residual, como a cristã e a judaica.

3.3. Fator recursos naturais

3.3.1. Minerais

Importa grande parte dos hidrocarbonetos que consome e também a quase totalidade do gás natural.

3.3.2. Energéticos

Apresenta uma balança desfavorável no setor de eletricidade.

3.3.3. Alimentares

É um grande produtor de cevada, trigo, citrinos, uvas, legumes, azeitonas, carne de vaca e vinho.

3.4. Fator circulação

3.4.1. Sistema rodoviário



Possui 58.395 Km de rodovias, sendo 41.116 km pavimentadas.

3.4.2. Sistema ferroviário

Total de 2.067 km de linhas ferroviárias.

3.4.3. Sistema marítimo

Possui 26 portos marítimos.

3.4.4. Sistema aéreo

Com um total de 55 aeroportos, sendo 31 pavimentados.

3.4.5. Sistema de condutas

Em *pipelines*:

- *gas* 944 km;
- *oil* 270 km;
- *refined products* 175 km

3.5. Fator tecnológico

57,1% da população utiliza a internet.

As emissoras de rádio e de televisão são estatais, operando dois canais de TV e três de Rádio. A utilização de antenas parabólicas proporciona acesso transmissões estrangeiras.

O número de subscrições de telemóveis é superior ao da população (CIA, s.d.).



Apêndice G — Breve análise geopolítica da Tunísia

1. Quadro Geopolítico de referência

A Tunísia é um país de trânsito de redes de tráfico de seres humanos para trabalhos forçados e exploração sexual. Este problema assume outros contornos pelo aumento do número de crianças de rua e refugiados dos países vizinhos. (CIA, s.d.).

A Tunísia não cumpre integralmente as normas mínimas para a eliminação do tráfico de drogas e de pessoas, estando, no entanto, a envidar esforços no sentido de contrariar essa situação. No início de 2015, o governo elaborou um plano de ação nacional contra o tráfico de droga, com propostas que visam a sensibilização da população para esse flagelo, e iniciativas legislativas contra o tráfico (CIA, s.d.).

A economia diversificada e orientada para o mercado interno, tem sido citada como um caso de sucesso na região, devido a uma estratégia voltada para o fortalecimento das exportações, do investimento estrangeiro e do turismo, que se tornaram centrais para a economia do país. Enfrenta, no entanto, uma série de desafios decorrentes da Primavera Árabe.

As principais exportações incluem têxteis e vestuário, produtos alimentares, produtos petrolíferos, produtos químicos e fosfatos, com cerca de 80% das exportações destinadas ao principal parceiro económico da Tunísia, a UE (CIA, s.d.).

Após a Primavera Árabe, a UE iniciou um processo de apoio político e financeiro ao reforço da democracia e, neste sentido, as eleições presidenciais de 2014 foram de extrema importância, tendo contribuído para a estabilização do país (UE, 2016d).

Em 2015, os sucessivos ataques terroristas contra o sector do turismo e as greves de trabalhadores no sector dos fosfatos tiveram um forte impacto no PIB.

O país mantém boas relações diplomáticas com os EUA, principalmente após a Primavera Árabe. No período de 2011 a 2016, os investimentos americanos a título de cooperação para o crescimento económico, estabilização da democracia e combate ao terrorismo, já ultrapassavam os 700 milhões de dólares americanos (Bortot, 2015).

A Rússia tem procurado estreitar relações diplomáticas com a Tunísia, inclusive na área militar, sob pretexto de cooperar com o combate ao terrorismo. Os atentados terroristas de 2015 intensificaram essa intenção e o governo russo prontificou-se a colaborar no reforço das capacidades do país para combate ao terrorismo (Sputnik, 2016b).

2. Cenário Estratégico base

A rivalidade entre interesses franceses e italianos na Tunísia culminou numa invasão francesa em 1881 e na criação de um protetorado. A luta pela independência nas décadas seguintes à Primeira Guerra Mundial foi finalmente bem-sucedida em 1956.

O primeiro presidente do país, Habib Bourguiba, estabeleceu um sistema de partido único e dominou o país por 31 anos, reprimindo o fundamentalismo islâmico e estabelecendo direitos para mulheres, inigualáveis por qualquer outra nação árabe. Em novembro de 1987, Bourguiba foi retirado do cargo e substituído por Zine el Abidine Ben Ali através de um golpe de Estado sem violência (CIA, s.d.).

Em dezembro de 2010, devido à insatisfação com o elevado desemprego, à corrupção, à pobreza generalizada e aos altos preços dos alimentos, os protestos de rua culminaram em tumultos que originaram centenas de mortos. Iniciava-se a denominada Primavera Árabe.

Em 2011, após a fuga do país do presidente Ben Ali, um "governo de unidade nacional" foi formado e foram realizadas eleições para a nova Assembleia Constituinte. Em dezembro daquele ano, o ativista de direitos humanos Moncef Marzouki foi eleito como presidente interino (CIA, s.d.).



As eleições parlamentares e presidenciais para um governo permanente foram realizadas no final de 2014, tendo sido eleito Beji Caid Essebsi, como primeiro presidente sob os auspícios da nova constituição do país. Em 2016, o novo governo de unidade continuou a procurar o equilíbrio entre a coesão política e as pressões económicas e sociais (UE, 2016d).

3. Estudo dos fatores geopolíticos e geoestratégicos

3.1. Fator físico

3.1.1. Localização

A Tunísia está localizada no Norte de África, na região do Magrebe, tendo fronteiras com a Argélia e a Líbia e estando delimitada pelo Mar Mediterrâneo.

3.1.2. Dimensão

Tem uma área total de 163.610 km², sendo o 93.º país do mundo.

3.1.3. Aspetos mais relevantes

Possui um clima temperado ao norte, com invernos amenos e chuvosos, verões quentes e secos e áreas desérticas ao sul. Caracteriza-se por possuir montanhas no Norte, planície central quente e seca e uma área de deserto ao Sul, junto ao Saara.

3.2. Fator humano

3.2.1. Demografia

De acordo com o censo de 2016, a sua população total é de 11.134.588, sendo 80.º país mais populoso do mundo.

A esmagadora maioria da população está localizada na metade norte do país. O Sul permanece pouco povoado (CIA, s.d.).

3.2.2. Etnografia

O governo tunisino tomou medidas na década de 60 para diminuir o crescimento populacional e a desigualdade de género, a fim de melhorar o desenvolvimento socioeconómico. Através da introdução de um programa nacional de planeamento familiar (o primeiro em África) e do aumento da idade legal para o casamento, a Tunísia reduziu rapidamente a sua taxa de natalidade total de cerca de 7 filhos por mulher, em 1960, para 2 nos dias de hoje (CIA, s.d.).

A população é formada por 98% de árabes, sendo a religião predominante a muçulmana, cerca de 99%, subsistindo outras religiões, mas de forma residual, como a cristã e a judaica.

3.3. Fator recursos naturais

3.3.1. Minerais

Grande importador de gás natural e derivados do petróleo, produz apenas parte do seu consumo interno.

3.3.2. Energéticos

A Tunísia apresenta uma balança positiva no setor de eletricidade.

3.3.3. Alimentares

É um grande produtor de azeitonas, azeite, gramíneas, tomates, citrinos, beterrabas, tâmaras, amêndoas, carne de vaca e produtos lácteos.

3.4. Fator circulação

3.4.1. Sistema rodoviário

Possui 19.418 Km de rodovias, sendo 14.756 km pavimentadas.

3.4.2. Sistema ferroviário

Total de 2.173 km de linhas ferroviárias.

3.4.3. Sistema marítimo

Possui nove portos marítimos.



3.4.4. Sistema aéreo

Tem 29 aeroportos, sendo 15 pavimentados.

3.4.5. Sistema de condutas

Em *pipelines*:

- *gas*: 3 111 km;
- *liquid petroleum gas*: 68 km;
- *oil*: 1 381 km;
- *refined product:s* 453 km

3.5. Fator tecnológico

48,5% da população utiliza a internet.

Estão disponíveis dois canais estatais de televisão, vários canais de Rádio estatais, nacionais e regionais, um canal independente de TV e três de Rádio.

O número de subscrições de telemóveis é superior ao da população (CIA, s.d.).